

**PROGRAMA DE METAS
2021 - 2024**



**PROGRAMA DE METAS
2021 - 2024**



APRESENTAÇÃO

Aos queridos Bauruenses de nascimento, de escolha, de moradia e de vida nesta cidade, queremos compartilhar uma experiência.

No mês de outubro de 2018, alguns Bauruenses criaram um grupo no WhatsApp com o objetivo de divulgar cursos, conhecimento, desenvolvimento pessoal e empresarial para a cidade como um todo. Nesse grupo, percebemos a necessidade da união do povo bauruense em organizar a Sociedade Civil de Bauru. Começamos então a fazer reuniões com poucas pessoas, preocupadas com o futuro de nossas vidas, dos nossos parentes, da nossa cidade, e com o desenvolvimento da nossa comunidade. Com o passar do tempo e dos estudos, ficamos sabendo do sucesso dos conselhos de desenvolvimento econômicos já existentes em cidades por todo o Brasil, como as experiências de Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Brasília.

Ao observarmos essas cidades e o crescimento dos indicadores positivos que elas apresentam, o grupo entendeu a importância de buscar essas boas práticas e fez contato com os consultores. No caso de Maringá, referência mais expressiva, os consultores responsáveis por este projeto, tanto na criação como na organização dessas Sociedade Civil, foram Silvio Barros e Marcia Santin. A partir desse dia, vislumbramos o sonho de tornar Bauru uma cidade tão grandiosa como as demais e, para isso, não medimos esforços e decidimos contratá-los para auxiliar na criação do “Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Estratégico de Bauru (CODESE BAURU)”.

Dessa forma, entendemos a necessidade de fazermos um planejamento para a nossa BAURU, compartilhando custos e experiências. Para ajudar com os gastos dessa iniciativa, mobilizamos empresas empenhadas com o crescimento da cidade, para que nos ajudassem financeiramente. Nessa procura, surpreendemo-nos com a recepção e o interesse das empresas da cidade em ajudar na realização desse sonho. Assim, em pouco tempo, conseguimos o dinheiro para realizar a primeira reunião com os consultores e a comunidade de Bauru, que reunião aconteceu na Assenag, no dia 14 de dezembro de 2018. Desde então, realizamos muitas outras reuniões e, com o passar do tempo, fomos conseguindo mais

apoiadores e, em uma das reuniões, que ocorreu na Unesp, tivemos a presença de mais de 150 bauruenses, sob a condução dos consultores, e foram discutidas as necessidades da nossa Bauru. Para melhor organização, decidiu-se então dividir os presentes em seis grupos temáticos: Educação, Saúde, Inovação, Desenvolvimento Econômico, Gestão Pública e Planejamento Urbano.

No decorrer de um ano, desde a reunião na Unesp, esses grupos se reuniram diversas vezes para pesquisar em outras cidades e criar vínculos com Conselhos já mais avançados. Por meio dessas pesquisas, leram e aprenderam sobre os “ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030” e, com base neles, os grupos levantaram indicadores, compararam números encontrados em nossa cidade com os indicadores de outras cidades mais desenvolvidas, conversaram com empresários, funcionários públicos e desenvolveram, assim, um rico trabalho de planejamento para nossa querida Bauru.

Todo esse trabalho foi feito e idealizado por nós, bauruenses, que deixamos nossas casas, nossas famílias, nossos trabalhos, para nos dedicarmos por diversas horas à nossa Bauru; foi um ano de trabalho intenso e voluntário. Tudo o que nos mantinha firmes eram o sonho, a nossa esperança e o nosso desejo de criar uma Bauru melhor para todos.

Entendemos que a criação do CODESE BAURU é o primeiro passo para termos uma Bauru, de fato, sem limites para o crescimento social; sem limites para o desenvolvimento; sem limites para o conhecimento, uma Bauru sem limites não só para nós, que iniciamos esse sonho, mas sem limites para todos nós, nascidos e residentes em Bauru, que tanto amam essa cidade e as pessoas que nela habitam.

Este trabalho é para todos que desejam o bem da nossa cidade, o bem dos Bauruenses e segui-lo trará, com certeza, uma Bauru melhor.

Contamos com a união e o amor de todos nesta nova Bauru.

Agradecemos muito por ler e estudar junto conosco este belo trabalho,

BAURUENSES DO CODESE BAURU

CARTA AOS CANDIDATOS À ADMINISTRAÇÃO

Prezado candidato.

Os sonhos movem as pessoas e estas movem o mundo. É isso que nos coloca juntos no mesmo caminho.

Você, por realizar o sonho de ocupar um cargo que vai cuidar dos bauruenses, e o Codese Bauru, por unir bauruenses de forma voluntária em sonhar uma cidade melhor para todos nós.

Este documento reúne o estudo, a dedicação, os recursos financeiros e intelectuais daqueles que doaram seu tempo para oferecer este conteúdo com metas e indicadores que preveem melhorias para vários setores sensíveis da nossa cidade.

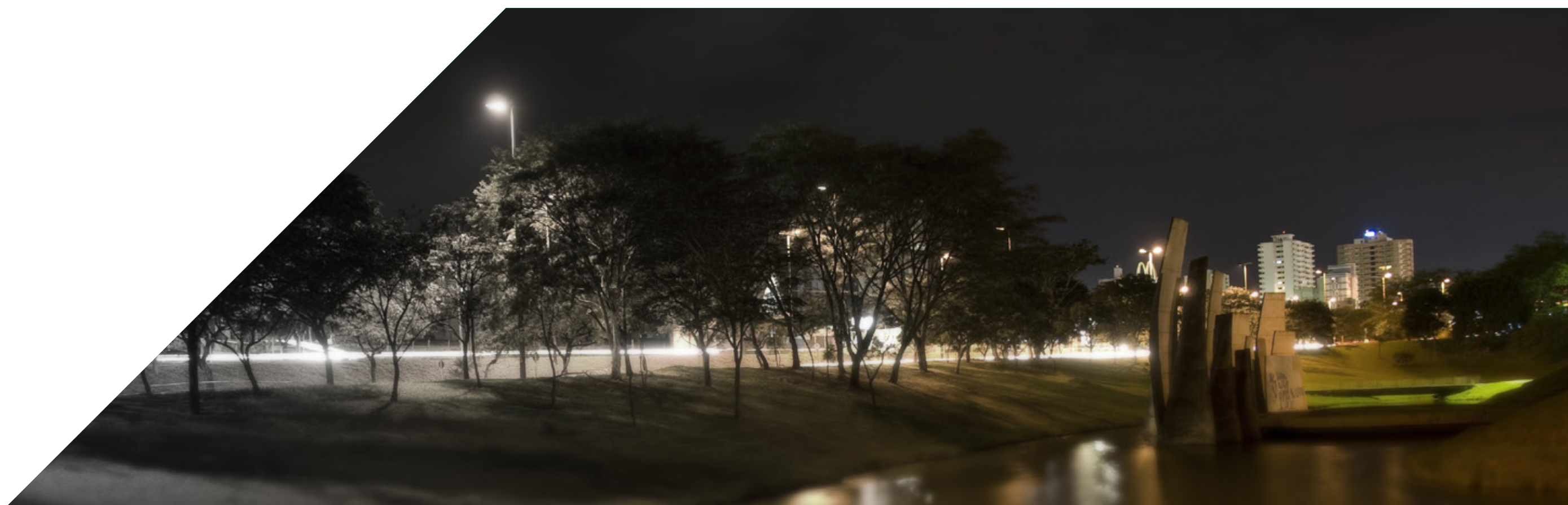
O Codese Bauru nasce com a vocação de proporcionar melhor qualidade de vida e bem-estar coletivo. Não há, neste Conselho, qualquer compromisso político-partidário, mas o espírito coletivo de pensar, planejar e executar, em médio e longo prazos, projetos e ações que tragam expressivos índices que venham transformar a vida dos bauruenses de forma positiva.

Outras cidades do país já adotam esse modelo de gestão compartilhada e têm apresentado resultados significativos que podem ser facilmente mensurados. São exemplos inspiradores de outros municípios que impelem essa iniciativa. Criar este Conselho tem sido uma tarefa motivadora que, há dois anos, vem reunindo a sociedade civil organizada por meio de ampla representatividade e participação de entidades profissionais, educativas e comunitárias.

Essa aderência é fruto da clara compreensão do que representa a proposta do Codese Bauru: unir os cidadãos e o poder público, com o objetivo comum de transformar para fazer a diferença.

Portanto, caro candidato, o Codese Bauru lhe deseja sucesso, mas, sobretudo, entende que, ao assumir o compromisso de acatar este documento, demonstra, em um único gesto, que fará do cargo público um lugar para dar a todo cidadão bauruense uma vida cada dia melhor.

Esta é uma excelente oportunidade de realizar nossos sonhos!



SUMÁRIO

BAURU - A cidade	10
AS CÂMARAS TÉCNICAS DO CODESE	
Desenvolvimento Econômico e Social	13
Inovação	25
Gestão Pública e Parcerias	41
Educação	47
Planejamento Urbano	59
Saúde	71
Participaram deste projeto	86
Empresas participantes	88
Sobre a marca Codese	90

BAURU - A cidade

O futuro de uma cidade tem sido um grande desafio para o Poder Público e para a sociedade civil organizada, que tem buscado alternativas inovadoras para promover o desenvolvimento econômico e sustentável desse ecossistema. Em Bauru, não é diferente. Cidade de muitas referências, ao longo de sua história, construiu cenários em seus mais relevantes aspectos.

Berço histórico de nomes expressivos, passou pela glória dos gramados e chegou às estrelas na figura de um astronauta, que aqui nasceu. O fundador de uma das maiores empresas do setor aeroespacial do mundo, também carrega em seu registro de nascimento, o nome de Bauru. A cidade virou sanduíche, receita que hoje está espalhada pelo Brasil e inclusive se transformou em patrimônio imaterial do Estado.

Bauru ocupa atualmente índices relevantes de acordo com indicadores de desenvolvimento humano e econômico, além de ser considerado um dos mais importantes municípios do Centro-Oeste Paulista, sendo o principal porta-voz e articulador, Sede de sua Região Administrativa. Com uma população de quase 380.000 mil habitantes, a cidade se encontra em um dos mais estratégicos entroncamentos aéreo, rodoviário e ferroviário do Estado de São Paulo, além de estar conectada aos principais centros econômicos e tecnológicos do interior paulista.

É referência como um dos maiores centros culturais e entretenimento de sua região, com forte destaque para o Turismo de Negócios. Dos negócios ao lazer, o Jardim Botânico Municipal, o Zoológico e o Teatro Municipal Celina

Lourdes Alves Neves se configuram como grandes atrativos. Os inúmeros projetos e eventos culturais promovidos pelo *trade* turístico, compõem um vantajoso circuito de geração de renda.

Contabilizando um número expressivo de Instituições de Ensino Superior, Escolas Técnicas e de Ensino Fundamental com referências internacionais, Bauru é, ainda, um dos mais prestigiados centros de educação regional e estadual, contando especialmente com uma população universitária ativa, que integra boa parte da mão de obra empregada no setor de serviços, base prioritária do PIB local. Nos últimos anos, as iniciativas que incentivam a retenção de talentos e mão de obra qualificada e a criação de novos postos de trabalho em diferentes áreas do conhecimento, foram sensivelmente percebidas, cujos resultados iniciaram um processo de renovação na cadeia econômica, com indicadores em franco crescimento na exportação, importação e criação de novos segmentos econômicos.

Como indutor regional, tem, na área da saúde, centros de referência médica, clínica e hospitalar, impulsionando muitos empreendimentos ligados a esse segmento, que está em todos os níveis da cadeia produtiva local.

Por essas e outras razões, Bauru, a partir de agora, tem a chance de receber, de seus legítimos cidadãos, um planejamento coerente para coordenar suas políticas públicas e a integração com a cadeia produtiva local. Espera-se que Bauru e seus bauruenses adotem o senso coletivo e trabalhem pelo desenvolvimento integrado, somando forças, talentos e oportunidades. O futuro de Bauru, hoje!





Desenvolvimento Econômico e Social

Desenvolvimento Econômico e Social

VISÃO

Ser reconhecida como cidade polo educacional, polo de inovação, polo de investimentos e que tem um modelo de liderança política responsável, capaz de posicionar Bauru na rota do desenvolvimento econômico crescente, transformando o município em modelo a ser seguido e respeitado dentro do Estado de São Paulo e do Brasil.

MACRODESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESENVOLVIMENTO DE ECONOMIA SOCIAL E INCLUSIVA

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA O TURISMO

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS

DESDOBRAMENTOS

- Desenvolver projetos que gerem renda para a população que se encontra abaixo da linha internacional de pobreza.

- Educacional;
- Saúde;
- Ambiental;
- Negócios.

- Distritos industriais;
- Leis de incentivo;
- Desburocratização;
- Modernização;
- Retenção de talentos;
- Comércio, serviços e indústria;
- Economia circular;
- Destruir a Lei do Cerrado;
- Explorar o potencial do cerrado e da mata atlântica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

BAURU OFERECE REQUISITOS ESTRATÉGICOS PARA A ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS E TÊM CONQUISTADO RESULTADOS RELEVANTES PARA A CIDADE.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.1

O setor público de Bauru tem cumprido seu papel na formação de um ambiente de negócios que atraia e retenha novas empresas e possibilite o crescimento das empresas locais, com políticas públicas alinhadas às instituições locais, ao capital social, às vocações naturais, diferenciais de competitividade e tendências de futuro.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.2 (Brasil):

Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio

da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra.

META ODS 8.3 (Brasil):

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

META ODS 9.2 (Brasil):

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.

META 16.6 (Brasil):

Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis.

META 17.17 (Brasil):

Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

INDICADORES E METAS

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Apresenta um plano estratégico que identifique as temáticas econômicas com potencial de expansão além de abordar questões sociais e de infraestrutura e mapeando os setores ou atividades de maior vulnerabilidade às novas tendências da economia global e nacional.	●			verde
2. Entidade especializada ou profissionais especializados na atração e retenção de investimentos.	●			verde
3. Racionalização e padronização dos procedimentos de promoção e do atendimento ao investidor.	●			verde
4. Disponibilidade de informações econômicas.	●			verde
5. Políticas Públicas de Incentivo e atratividade a indústria, comércio e serviços.	●			verde
6. Estruturar os distritos industriais.	●			verde
7. Participação ativa na formação do ecossistema de inovação.			●	verde
8. Serviços públicos desburocratizados.	●			verde
9. Programas de educação empreendedora para capacitar estudantes, trabalhadores e candidatos a empreendedores fortalecendo as vocações do município.			●	verde
10. Organizar Comitê municipal para concentrar esforços de sensibilização do Governo Estadual e buscar demais medidas jurídicas cabíveis na alteração da lei estadual do cerrado.			●	verde

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Desenvolver uma estratégia de atração de investimentos até outubro de 2021, contemplando pesquisa e identificação de temáticas econômicas com potencial de expansão, além de abordar questões sociais e de infraestrutura mapeando os setores ou atividades de maior vulnerabilidade e as novas tendências da economia global e nacional.

Atualizar leis que impactam negativamente o desenvolvimento econômico do município e promover novas políticas públicas adequadas à realidade de Bauru, pensando no presente e no futuro próximo.

Promover um plano de integração do serviço público, aproximando as atividades das secretarias que têm informações indispensáveis à pasta de Desenvolvimento Econômico, como unificar o sistema de gestão de informações e procedimentos operacionais padrão (POPs) das secretarias de Desenvolvimento Econômico, Finanças, Planejamento e Obras, buscando sempre o melhor atendimento dos possíveis investidores de maneira rápida e assertiva.

Implantar uma agência de atendimento aos investidores, também responsável pelo plano de *marketing* de Bauru, captação de linhas de crédito e convênios em parceria com o setor público e privado, como ADE SAMPA, Invest SP,

Cattle Council of Australia, entre outras. Incentivar a infraestrutura imobiliária, com programa de licenciamento antecipado, programa de áreas incentivadas para indústria, comércio e serviços.

Apoiar a viabilização de infraestrutura, como água, asfaltamento, energia elétrica e internet estável nos distritos industriais, principalmente.

Desenvolver marcos regulatórios com aplicação da lei de liberdade econômica, buscando *benchmarking* e experiências existentes para a composição de um programa de incentivos fiscais próprio.

Buscar a revitalização central focando no desenvolvimento de negócios, por meio de incentivos municipais e parcerias privadas que estimulem a ocupação das estruturas existentes e também de novas instalações, atraindo investimento, turismo e lazer.

Ter um setor público ativo, protagonizando e apoiando o ecossistema de inovação em perfeita integração da trílice hélice, alavancando a transformação digital e a economia criativa, elevando a produtividade em geral e gerando empregos de alto valor agregado e com sistemas de E-gov em funcionamento com maior eficiência dos serviços públicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1.2

O município tem desenvolvido um trabalho consistente em parceria com as entidades afins na formação e retenção de mão de obra técnica e de nível superior alinhada com as vocações naturais, diferenciais de competitividade e tendências de futuro.

dor; com foco em setores intensivos em mão de obra.

META ODS 8.5 (Brasil):

Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

META ODS 8.6 (Brasil):

Alcançar uma redução de 3% até 2020 e de 10% até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.

META ODS 9.2 (Brasil):

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.2 (Brasil):

Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalha-

INDICADORES E METAS

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Mapear oferta e demanda de trabalho e emprego em Bauru.	●			verde
2. Criar parâmetro de mensuração da formação de profissionais do nível técnico alinhadas às vocações econômicas e à porcentagem de retenção desses profissionais.	●			verde
3. Criar parâmetro de mensuração da formação de profissionais do nível superior alinhadas às vocações econômicas e à porcentagem de retenção desses profissionais.	●			verde
4. Programas nas grades curriculares das escolas de Ensino Fundamental para incentivo do empreendedorismo.	●			verde
5. Programa de bolsas de estudos incentivadas pelo município em parceria com as empresas para formação no ensino técnico.	●			verde
6. Programa de bolsas de estudos em parceria com as empresas para formação no ensino superior como alternativa para fixar jovens talentos no município.	●			verde
7. Número de feiras e eventos para estímulo às vocações e profissões realizados anualmente no município em parceria com demais entidades.	●			verde

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Necessidade de desenvolver um trabalho consistente em parceria com as entidades do Sistema S, Universidades públicas e privadas, entre outras, e empresas privadas na for-

mação e retenção de mão de obra técnica e de nível superior alinhada com as vocações naturais, necessidades, diferenciais de competitividade e tendências de futuro do município.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

A PREFEITURA DE BAURU CONTA COM BONS RESULTADOS EM PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE ECONOMIA SOCIAL E INCLUSIVA, TENDO CRIADO PARA AQUELES QUE VIVEM EM ESTADO DE POBREZA E VULNERABILIDADE UM AMBIENTE DE INGRESSÃO AO MUNDO DO TRABALHO POR MEIO DA ORIENTAÇÃO E INCENTIVO AO TRABALHO AGRÍCOLA (AGRICULTURA FAMILIAR), ÀS COOPERATIVAS, À FORMALIZAÇÃO DE MICROEMPRESAS E, PRINCIPALMENTE, NA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA OS SETORES ECONÔMICOS, COMO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.6 (Brasil):
Alcançar uma redução de 3% até 2020 e de 10% até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação.

INDICADORES E METAS

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Espaços públicos para a comercialização da produção rural, do artesanato e de outros artigos dos negócios pequenos e locais.		●		verde
2. Programa de compras da prefeitura que advém de micro e pequenos empresários.	●			verde
3. Programa no contraturno para jovens de 13 a 16 anos com incentivo à educação profissionalizantes e ao empreendedorismo.	●			verde
4. Programa de oferta de serviços financeiros articulado pela prefeitura com instituições privadas e públicas adequados à população e às empresas locais.	●			verde
5. Programa para transformação em mão de obra ocupada para jovens de 15 a 24 anos que não estejam trabalhando, nem estudando.	●			verde
6. Acompanhamento da PNADC/IBGE para diferentes grupos demográficos para renda média, taxa de ocupação, taxa de desemprego, cobertura previdência, proporcção, participação de programas sociais, escolaridade e condições do domicílio.	●			verde
7. Acompanhamento da CENSO/IBGE para pessoas com deficiência para renda média, taxa de ocupação, taxa de desemprego, escolaridade e condições do domicílio. E acompanhamento do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) para renda média.	●			verde
8. Programa de capacitação para grupos vulneráveis como: mulheres acima de 40 anos, jovem aprendiz, negros e deficientes.			●	verde
9. Programas específicos para empresas formais de acordo com seu tamanho (micro, pequenas ou média).	●			verde
10. Programas para aumento da oferta de emprego nas empresas formais, micro, pequenas e médias.			●	verde
11. Programas para atendimento com atividades no contraturno para alunos do ensino médio que estão em áreas de IDH mais baixo.	●			verde
12. Programa de feiras, treinamentos e eventos para estímulo à formação empreendedora realizados anualmente no município em parceria com demais entidades.	●			verde

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Um parque industrial para a pequena indústria. A formalização da empresa precisa ser um bom negócio. A prefeitura deve criar condições atrativas e estimulantes para a regularização dos empreendedores informais. Tudo isso depende da combinação de medidas. Além de simplificar e reduzir o custo para a legalização do negócio, é preciso investir em adequação do espaço urbano, na fiscalização e na comunicação. Uma medida complementar oportuna é o uso do poder de compra da prefeitura. Comprar mais das micro e pequenas empresas locais abre um novo mercado e incentiva a formalização. Algumas cidades desenvolveram soluções para enfrentar a informalidade e já colhem os bons resultados. As prefeituras de Feira de Santana (BA) e Manaus (AM) são exemplos de êxito na redução da informalidade.

O programa Mão de Obra Local, da prefeitura do Recife, promove projetos de inclusão social e geração de renda por meio da realização de obras de estruturação da cidade estabelecendo parcerias com diversas secretarias municipais, instituições da sociedade civil e empresas privadas.

Desenvolver um trabalho consistente em parceria com as entidades do Sistema S, Universidades públicas e privadas, entre outras e empresas privadas na formação e retenção de mão de obra técnica e de nível superior alinhada com as vocações naturais, necessidades, diferenciais de competitividade e tendências de futuro do município.

Para a agricultura familiar, o link a seguir pode colaborar com indicativos de ações:

https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Desenvolvimento_Rural_Local.pdf

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

BAURU RECONHECIDA COMO UMA CIDADE EM QUE O TURISMO DE NEGÓCIOS, COM DESTAQUE PARA A ÁREA DA SAÚDE, TEM GERADO RENDA E EMPREGO. UMA ATIVIDADE ECONÔMICA QUE SE DESENVOLVEU COM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO PODER PÚBLICO COMPONDO O TRADE TURÍSTICO.

META ODS 11.7 (Brasil):

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

META ODS 12.B (Brasil):

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

DIÁLOGO COM OS ODS



INDICADORES E METAS

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Existência de órgão responsável pelo tema turismo (Secretaria, Fundação, Coordenadoria, Departamento, Diretoria, Setor ou Gerência).			●	verde
2. Desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de apoio ao turismo – transporte público, segurança, estradas e acessos, sinalização, comunicação e vários outros.	●			verde
3. Investimento na promoção e no apoio à comercialização dos eventos e do destino, incentivando e viabilizando a participação do setor privado: produção de material promocional, feiras profissionais, viagens de familiarização, seminários de vendas, campanhas de publicidade e outros.	●			verde
4. Investimento em pesquisas de mercado e planos de marketing para o destino.	●			verde
5. Criação de políticas de incentivo para os investimentos privados (hotéis, centros de eventos, centros de atendimento ao turista).	●			verde
6. Retomar o <i>Convention Bureau</i> .	●			verde
7. Promoção, apoio e incentivo a ações de capacitação das empresas e parceiros atuantes no segmento (cursos, treinamentos, visitas técnicas).			●	verde
8. Integração com as entidades representativas do segmento.			●	verde

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Há necessidade de organização do setor e viabilização de projetos voltados ao desenvolvimento do turismo de negócios e saúde no município.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

A PREFEITURA DE BAURU CONTA COM INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS QUE FOMENTAM A ECONOMIA CIRCULAR, PODENDO VERIFICAR RESULTADOS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, NA REDUÇÃO DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO PORTFÓLIO DE PRODUTOS DESENVOLVIDOS PELAS EMPRESAS E AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

META ODS 8.4 (Brasil):

Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção se empenhar para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

META ODS 11.6 (Brasil):

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com mais de 500 mil habitantes tenham implementados sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

META ODS 12.5 (Brasil):

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos.

META ODS 12.8 (Brasil):

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.2 (Brasil):

Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra.

META ODS 8.3 (Brasil):

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

INDICADORES E METAS

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Plano estratégico de implementação da política nacional de resíduos sólidos (PNRS).	●			verde
2. Entidade especializada ou profissionais especializados em políticas públicas para a economia circular.	●			verde
3. Incentivos para o reaproveitamento de resíduos.	●			verde
4. Incentivos à formação do mercado especializado em reaproveitamento de resíduos ampliado.	●			verde
5. Incorporação de critérios de circularidade/sustentabilidade nas compras públicas, considerando as particularidades setoriais da indústria brasileira.		●		verde
6. Auxílio à elaboração de projetos para acesso às linhas de financiamento.	●			verde

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

(os recortes a seguir foram extraídos do estudo: ECONOMIA CIRCULAR CAMINHO ESTRATÉGICO PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA – CNI 2019)

A PNRS prevê incentivos para diversas ações que melhoraram a gestão dos resíduos sólidos, como em seu art. 42, onde se coloca que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- Prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
- Desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- Estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- Desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- Desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Os objetivos da PNRS se alinham aos pilares da economia circular quando trata da redução de geração de resíduos, estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e de consumo, aprimoramento de tecnologias limpas e incentivo à logística reversa e reciclagem. (BRASIL, 2010).

Os governos desempenham um papel importante na transição para a economia circular, que já faz parte da agenda pública da política internacional. Para melhor entender qual é o papel dos governos e órgãos governamentais frente ao tema, é preciso ter conhecimento sobre os principais instrumentos de gestão pública que podem ser utilizados à promoção dessa transição (DE GROENE ZAAK, [2019]).

Os principais instrumentos de política pública que vêm sendo adotados no mundo consistem em:

- Instrumentos regulatórios;
- Ações fiscais;
- Medidas de amparo à pesquisa, à educação e à informação;

- Plataformas colaborativas;
- Auxílios financeiros;
- Investimento em infraestrutura;
- Subsídios a negócios.

A maioria das associações considera que a Política Nacional de Resíduos Sólidos é, atualmente, a mais impactante no sentido da condução para práticas circulares ao instituir, por exemplo, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Pela definição, seria o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

A PNRS ainda induz:

- O aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;
- A utilização de insumos de menor impacto negativo ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;
- O mercado de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis.

Apesar de a PNRS abordar e instituir muitas práticas de economia circular, o efeito dela tem sido pouco percebido. É preciso aprimorar o conhecimento dos conceitos trazidos na legislação. Ainda não há um entendimento claro de se tratar de economia circular e viabilizar instrumentos práticos (incentivos, desonerações, subsídios, qualificação, bonificação, etc.) para que haja uma atratividade maior ao tema e sua implementação.

Um dos pontos críticos apontados em entrevistas em relação às políticas públicas para a promoção da economia circular é a falta de incentivo à reciclagem. Não existem cargas tributárias diferenciadas ou condições que favoreçam o ramo de atividade de forma atrativa.

Isso tem provocado o fechamento de algumas empresas e desistência de investimentos.





Inovação

Inovação

VISÃO

Ser reconhecida em nível regional e estadual como uma cidade inteligente e resiliente - *Smart City* -, promovendo e fomentando a industrialização e a inovação inclusiva, sustentável e dinâmica, fornecendo serviços públicos interconectados e ágeis, visando prover atendimento, empregabilidade, trabalhabilidade, saúde e inserção aos seus habitantes, gerando prosperidade, bem-estar, segurança e sustentabilidade para sua população.

INOVAÇÃO E O PAPEL DE GOVERNO LOCAL

Para além das iniciativas de inovação diretamente relacionadas aos desafios de gestão pública, o Estado pode exercer um papel de indutor do ecossistema de inovação, conforme destacam Barbosa Júnior e Gonçalves (2018, p. 3). Afora o mercado e as redes empresariais, os principais fatores externos para a ID [Inovação Disruptiva] podem ser as políticas públicas (RUAN et al., 2014) e as estruturas de ensino e pesquisa (NELSON, 2006).

“Pouco estudada quanto à disrupção, a menor ou maior atuação do governo pode ter efeito significativo. [...] Mas cabe ao governo estimular essa inovação no início, visto que se manter excessivamente presente como protetor nos estágios posteriores constitui uma ameaça ao processo inovador” (PORTER, 1998).

O objetivo de elevar a classificação de Bauru no *ranking* de “Cidades digitais e inteligentes”, inclui conceitos e implementações abrangentes, técnicas e desafios, que envolvem não só o governo local, mas também outros atores e

agentes. Como bem define o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento):

Uma Cidade Inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, incorpora tecnologias da informação e comunicação na gestão urbana e utiliza esses elementos como ferramentas que estimulam a formação de um governo eficiente, que engloba o planejamento colaborativo, estimulando a Participação Cidadã. Cidades Inteligentes favorecem o desenvolvimento integrado e sustentável tornando-se mais inovadoras, competitivas, atrativas e resilientes, melhorando vidas. (BID 2016, publicado em “Caminho para as *Smart Cities*: Da gestão tradicional para a cidade inteligente”)

Portanto, o desafio consiste em estabelecer uma proposta bem fundamentada de um plano estratégico de ações e metas, a serem executadas com base em indicadores e diretrizes orientadas pelo BID e pela ONU, que construirão soluções inovadoras locais, pautadas por exemplos e estratégias adotadas com sucesso em cidades da América Latina, e do Brasil.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

GERAR UM ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO COMPETITIVO

SETOR PÚBLICO ATIVO, PROTAGONIZANDO E APOIANDO O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO PROMOVENDO A SINERGIA ENTRE UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA-GOVERNO, ALAVANCANDO A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A ECONOMIA CRIATIVA, ELEVANDO A PRODUTIVIDADE EM GERAL E GERANDO TRABALHABILIDADE E EMPREGOS DE ALTO VALOR AGREGADO COM SISTEMAS DE E-gov EM FUNCIONAMENTO COM MAIOR EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.2 (Brasil):

Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra.

META ODS 9.5 (Brasil):

Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia.

- a) Aumentar para 3.000 o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) por milhão de habitantes;
- b) Aumentar para 120 mil o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas;
- c) Aumentar para 2% os gastos públicos e privados em P&D em relação ao PIB.

META ODS 9.b (Brasil):

Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às *commodities*.

INDICADORES

Iniciativas do setor público local para contribuir com a formação do ecossistema de inovação:

INDICADOR	SIM	NÃO	QUANTIDADE
1. Número de incubadoras, aceleradoras e centro de inovação presentes na cidade (com participação e parceria do poder público);	●		1
2. Número de projetos inovadores concluídos em parceria com poder público;		●	0
3. Número de alunos com formação empreendedora (com participação da prefeitura);	●		1
4. Existência de programa de bolsas de estudos para estudantes em parceria com as empresas locais atendendo às demandas de inovação do setor público e da cidade;		●	0
5. Calendário de feiras, desafios tecnológicos, eventos com investidores para disseminação da inovação;		●	
6. Lei municipal;	●		
7. Órgão responsável pelo tema inovação (Secretaria, Fundação, Coordenadoria, Departamento, Diretoria, Setor ou Gerência);		●	
8. Existência de conselho municipal;	●		
9. Existência de programas, em parceria ou não, para formação empreendedora;	●		
10. Número de alunos com formação em vocações do futuro (ex.: EmpregoTech de Curitiba);		●	
11. Disposição para doação de terrenos ou espaços públicos para instalação de iniciativas inovadoras;	●		
12. Plataforma para ouvir as pessoas que querem inovar e empreender;		●	
13. Protagonista ou apoiador (financeiro inclusive) de entidade que promova e identifique ideias inovadoras e as conecte ao ecossistema, ajudando o empreendedor a transformar a ideia em um projeto, ou ainda a criar uma empresa em fase inicial (<i>startup</i>), ou ainda auxiliar a proteção de propriedade intelectual, ou ainda dar suporte para prototipagem, ou ainda a incubação do empreendimento, bem como outras ações de suporte;	●		
14. Em parceria com demais entidades e empresas que demitiram ou demitirão, a Prefeitura conta com um programa de mapeamento, capacitação e recolocação de desempregados advindos da substituição tecnológica;		●	
15. Uso do mercado de capitais e crédito para ações de inovação, podendo o município aplicar instrumentos de estímulo à inovação, como subvenção econômica, financiamento, bônus tecnológico, incentivos fiscais e uso de fundos de investimento e participação;		●	
16. Indução de inovação por meio de compras públicas;		●	
17. Previsão de cláusula de investimento em pesquisa e desenvolvimento nas concessões públicas;		●	
18. Planejamento estratégico de ciência, tecnologia e inovação.		●	

CLASSIFICAÇÃO

- minoria das iniciativas existentes e em funcionamento
- em torno de 50% a 75% das iniciativas existentes e em funcionamento
- acima de 75% das iniciativas existentes e em funcionamento

Bauru na 46ª Posição Nacional do *Ranking Connected Smart Cities 2019* em Tecnologia e Inovação da Urban System

Feito com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, o *Ranking Connected Smart Cities* traz indicadores desenvolvidos pela consultoria Urban Systems, que qualificam as cidades mais inteligentes e conectadas do país.

“Nossa missão é a de promover a discussão, a troca de informações e a difusão de ideias entre governo, entidades e empresas focando atender as necessidades do cidadão consciente, visando que as cidades brasileiras possam tornar-se mais inteligentes e conectadas. E a nossa visão é a de promover o desenvolvimento das cidades a partir de 2015 de forma que nos seguintes 10 anos as cidades brasileiras possam subir um degrau ou mais na escala de desenvolvimento, se aproximando dos índices dos modelos das cidades inteligentes do mundo”.

Para a elaboração do *Ranking Connected Smart Cities*, foram mapeadas as principais publicações internacionais e nacionais sobre o tema de cidades inteligentes, cidades conectadas, cidades sustentáveis e demais artigos sobre o assunto ou assuntos correlatos, como:

- “Cidades Sustentáveis, Programa Cidades Sustentáveis”
- “Escala Brasil Transparente, Controladoria Geral da União”
- “Brazil Competitiveness Profile, Fundação Getúlio Vargas”
- “IESE Cities in Motion, IESE Business School”
- “Innovation Cities, Innovation Cities Program”
- “Maiores e Melhores Cidades do Brasil, América Economia”
- “Mapping Smart Cities in the European Union, SmartCities”
- “ARCADIS Sustainable Cities Index, Yale Center for Environmental Law&Policy”
- “World Councilon City Data”
- “ISO 37.120 - Sustainable development of communities - Indicators for city services and quality of life”
- “ISO 37.122 - Sustainable cities and communities - Indicators for smart cities”



POSICÃO	MUNICÍPIO	NOTA
1º	Campinas -SP	4,428
2º	Florianópolis -SC	4,321
3º	Rio de Janeiro -RJ	4,213
4º	Porto Alegre -RS	4,056
5º	São Paulo -SP	3,992
6º	Curitiba -PR	3,968
7º	Brasília -DF	3,595
8º	Recife -PE	3,565
9º	São Carlos -SP	3,535
21º	Maringá -PR	3,177
22º	Londrina -PR	3,152
23º	Santos -SP	3,129
27º	S. José dos Campos -SP	3,056
28º	Blumenau -SC	3,052
29º	Santo André -SP	3,033
30º	Manaus -AM	3,027
31º	Ribeirão Preto -SP	3,005
32º	Jundiaí -SP	3,003
36º	Osasco -SP	2,897
37º	Sorocaba -SP	2,894
44º	Salvador -BA	2,828
45º	Araraquara -SP	2,817
46º	Bauru -SP	2,785

Fonte: Ranking Connected Smart Cities (2019) – Urban System

METAS 2024

• Dos 18 indicadores anteriormente citados, considerando a existência ou não das iniciativas, Bauru hoje tem 7 dos 18 indicadores, atingindo apenas 38,9%, portanto, está no vermelho. A meta para atingir a classificação verde é o ano de 2024, correspondendo ao atingimento de mais de 75% dos indicadores existentes.

• *Urban System – Ranking Connected Smart Cities 2019* - O eixo de Empreendedorismo do *Ranking* de 2019 é composto por 7 indicadores, sendo 5 concebidos para o próprio eixo de empreendedorismo e 2 para o eixo de tecnologia e inovação.

- Os indicadores concebidos para o Eixo de Empreendedorismo contemplam: economia criativa, tecnologia, micro-empresa individual, espaços de inovação e de incubação de conhecimento.

- No *ranking* de 2019, no eixo Empreendedorismo, encontramos: em 10º São Carlos-SP, em 20º São José dos Campos-SP, em 46º Botucatu-SP, em 57º Ribeirão Preto -SP, em 85º Araçatuba-SP, Bauru não aparece nas 100 primeiras colocações do *ranking* geral,

- Consideramos como meta que Bauru figure entre as 60 primeiras colocações no eixo Empreendedorismo do *Ranking Connected Smart Cities* em 2024.

• *Urban System – Ranking Connected Smart Cities 2019* - O recorte de Tecnologia e Inovação do *Ranking* de 2019 é composto por 11 indicadores, sendo 7 concebidos para o próprio eixo, outros 3 para o eixo de Empreendedorismo e 1 para o eixo de Economia.

- Neste eixo, encontramos Bauru na 46ª posição, e outras cidades, 45ª Araraquara, 43ª Indaiatuba, 21ª Maringá e 9ª São Carlos.

- Consideramos como meta que Bauru figure entre as 40 primeiras colocações no recorte Tecnologia e Inovação, na avaliação do *Ranking Connected Smart Cities* em 2024.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Elaborar um planejamento estratégico para definir ações norteadoras para fomentar o Ecossistema de Inovação e consolidar Bauru como cidade inovadora.

O projeto tem a finalidade de incentivar, articular, fomentar e integrar todos os atores (universidades, incubadoras, startups, empresas de base tecnológica, associações, instituições de educação, pesquisa e fomento, sociedade civil e representantes dos governos municipal e estadual) para que possamos viabilizar as inovações na cidade e o desenvolvimento sustentável do município. (CMS.BA.GOV.BR, 2019)

Estabelecer uma Política Municipal de Inovação, por meio de lei: estabelecer alguns instrumentos como o Ecossistema, Conselho, Fórum, Fundo, Plano Estratégico e Programa de Incentivos.

Incentivos para Infraestrutura de Inovação:

- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de centros de inovação voltados à sociedade e iniciativa privada por meio de recursos, desburocratização, áreas para infraestrutura, representação institucional,
- Fomentar a criação e o desenvolvimento de locais e eventos para a inovação aberta.

Fomentar o capital intelectual e incentivos a projetos inovadores:

- Instituir Programa de Incentivo à Inovação por concurso e reconhecimento para:
 - Projetos inovadores;
 - Promover eventos e fomentar a inclusão social da comunidade à T&I;
 - Líderes inspiradores da sociedade civil;
 - Líderes inspiradores da comunidade acadêmica;
 - Ideias criativas e soluções inovadoras.
- Desenvolver marcos regulatórios e de incentivo à inovação;
- Desenvolver programas de capacitação e recolocação dos desempregados advindos da substituição tecnológica;
- Desenvolver Linhas de *funding* (subvenção e financiamento) e iniciativas de apoio para projetos de transformação digital.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

BAURU "CIDADE INTELIGENTE"

BAURU AVANÇA EM SEU PLANO DE CIDADE INTELIGENTE E HUMANA, COM IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, INFRAESTRUTURA DO CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO AMPLO DA POPULAÇÃO SOBRE O PLANO. CIDADES INTELIGENTES FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL TORNANDO-SE MAIS INOVADORAS, COMPETITIVAS, ATRATIVAS E RESILIENTES, MELHORANDO VIDAS.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 8.2 (Brasil):

Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão de obra.

META ODS 9.2 (Brasil):

Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos

META ODS 16.6 (Brasil):

Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis.

Conceito de Cidades Inteligentes:

Segundo a União Europeia, *Smart Cities* são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade.

De acordo com o Cities in Motion Index, do IESE Business School na Espanha, 10 dimensões indicam o nível de inteligência de uma cidade: governança, administração pública, planejamento urbano, tecnologia, o meio-ambiente, conexões internacionais, coesão social, capital humano e a economia. Apesar de ser um conceito relativamente recente, o conceito de *Smart City* já se consolidou como assunto fundamental na discussão global sobre o desenvolvimento sustentável e movimenta um mercado global de soluções tecnológicas, que é estimado a chegar em US\$ 408 bilhões até 2020.

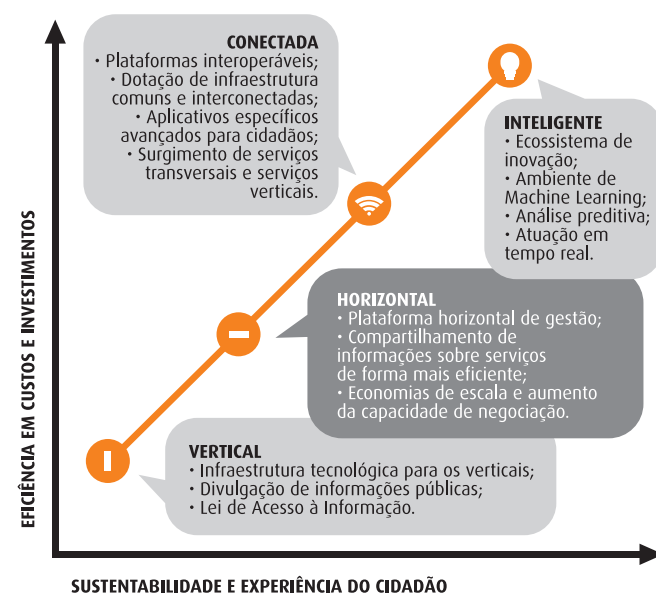
Atualmente, cidades de países emergentes estão investindo bilhões de dólares em produtos e serviços inteligentes para sustentar o crescimento econômico e as demandas materiais da nova classe média. Ao mesmo tempo, países desenvolvidos precisam aprimorar a infraestrutura urbana existente para permanecer competitivos. Na busca por soluções para esse desafio, mais da metade das cidades europeias acima de cem mil habitantes já têm ou estão implementando iniciativas para se tornarem de fato *Smart Cities*.

Fonte: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>

INDICADORES

Níveis de maturidade de uma cidade inteligente

(fonte: Sebrae Nacional)



Há um caminho para uma cidade ser considerada "inteligente" e, para atingir esse nível, existem alguns estágios:

ESTÁGIO 1

É o mais elementar, nele há múltiplas soluções informatizadas em várias das verticais do município, como saúde, educação, segurança, mobilidade e outras, nas quais há pouca ou nenhuma interação entre elas.

ESTÁGIO 2

Nesse segundo nível, as soluções devem fazer uso de uma plataforma horizontal que garanta a interoperabilidade dos sistemas, o compartilhamento e reúso de serviços já disponíveis na plataforma, beneficiando-se da economia de escala em sentido amplo.

Ambos os estágios são os mais iniciais e elementares de uma cidade inteligente, ou melhor chamado Governo Eletrônico (e-gov). Todos os países do mundo que hoje são referências em *Smart Cities* como Estônia e Reino Unido começaram por esses primeiros passos.

governo eletrônico, ou e-gov, consiste no uso das tecnologias da informação — além do conhecimento nos processos internos de governo — e na entrega dos produtos e serviços do Estado tanto aos cidadãos como à indústria e no uso de ferramentas eletrônicas e tecnologias da informação para aproximar governo e cidadãos. Essa aproximação é feita para superar obstáculos da comunicação entre as duas esferas. As diferentes ferramentas usadas podem ser portais de internet com fóruns, exposição de bancos de dados, aplicativos para telefonia móvel e telefones de serviço. Essas ferramentas também podem ser usadas entre governos e organizações privadas, públicas ou de terceiro setor. Muitas das tecnologias envolvidas e suas implementações são as mesmas ou similares àquelas correspondentes ao setor privado do comércio eletrônico (ou *ebusiness*), enquanto que outras são específicas ou únicas em relação às necessidades do governo. Visa construir uma arquitetura interoperável a fim de munir os cidadãos com acesso a informações e serviços.

De modo geral, aceita-se a noção de governo eletrônico como ligada à prestação de serviços públicos por meio ele-

trônico, ou seja, utilizando-se recursos de tecnologia da informação, em caráter remoto e disponível no sistema 24/7 ou seja, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

As atividades do governo eletrônico partem da automação de processos pré-existentes no papel e em escritórios. E assim, surgem novas maneiras de debater e decidir estratégias, fazer transações, escutar as demandas das comunidades e organizar e divulgar informações de interesse público. O objetivo dessa inovação é fortalecer as relações dos governos e torná-los mais efetivos, aumentando a transparência, a responsividade e a administração de recursos.

O governo eletrônico objetiva também diminuir as distâncias entre os poderes Executivo ou Legislativo e os governados. Isso permite criar uma esfera de diálogo entre as duas partes sem haver a necessidade de deslocamento de alguma delas.

ESTÁGIO 3

Busca-se maior otimização das soluções disponíveis por meio da integração de diversas plataformas e com a disponibilização de serviços mais sofisticados ao cidadão. Nesse nível, já é possível começar a explorar algumas capacidades relacionadas com o uso de *analytics*(*) e com "regras de negócios" já bem otimizadas. Nele, já é possível que tenhamos situações nas quais, por exemplo, uma pessoa, ao ser atendida em uma unidade da saúde e que tenha adquirido uma enfermidade contagiosa, possa, a partir desse atendimento, ter não só o seu problema de saúde tratado, mas ter também todos os impactos que essa sua enfermidade possa causar a outros eliminados ou mitigados automaticamente a partir de "regras de negócios" associadas ao seu atendimento.

*Analytics é o uso aplicado de dados, análises e raciocínio sistemático para seguir em um processo de tomada de decisão muito mais eficiente.

ESTÁGIO 4

As cidades estarão preparadas para serem, de fato inteligentes, com o uso intensivo de aprendizagem de máquinas, análise preditiva, protocolos bem estabelecidos para

intervenções em tempo real, suportados por um ecossistema de inovação integrado e atuante.

METAS 2024

• Em relação ao nível de maturidade, entendemos que Bauru se encontra no Nível 1:

onde existem múltiplas soluções informatizadas em várias das verticais do município, na saúde, educação, segurança, mobilidade e outras, nas quais há pouca ou nenhuma interação entre elas.

- Consideramos como meta Bauru avançar para o Nível 2, e parcialmente para o Nível 3, até 2024, onde ao menos algumas das plataformas estejam interoperáveis e com a disponibilização de serviços mais sofisticados ao cidadão.

• Metas para indicadores de digitalização de processos e serviços com ganho de eficiência em qualidade dos serviços e significativa redução de custos para a municipalidade até 2024:

- Serviços digitais ao cidadão acima de 60%
- Processos automatizados acima de 60%
- Índice de satisfação do atendimento público digital / acima de 80%
- Toda a prefeitura informatizada

• Até 2024, criar uma estrutura própria na organização focada em Tecnologia da Informação/Inovação, que seja responsável por organizar, articular e executar o planejamento para a efetiva evolução dos meios digitais para evoluir o *status* de Bauru como cidade inteligente.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Capacitação de recursos humanos em uso de tecnologia para todas as instâncias, para fazer frente às mudanças e cada vez maior digitalização de processos da Prefeitura.

- Levantamento e plano de ação do e-gov, considerando as particularidades de cada Secretaria, efetuar diagnóstico e estabelecer plano de ação para implementação.

- Criação de um *roadmap* (em informática, espécie de “mapa” que visa organizar as metas de desenvolvimento de um *software*) de Bauru no rumo de uma cidade tecnológica pensando para 20 anos (5 mandatos), ou seja,

Bauru 2044. A utilização da tecnologia no mundo acelerará de um modo sem precedentes e precisamos de um plano para utilizá-la a nosso favor.

- Com base nesse levantamento, fazer um plano de trabalho dedicado com metas e prazos claros de atingimento desse nível básico de uma cidade inteligente, que primeiramente precisará ser digitalizada e automatizada.

- Estabelecer orçamento destinado a atingir os objetivos do planejamento estratégico de Tecnologia e Inovação para evoluir o *status* de Bauru como Cidade Inteligente.

- O governo local deve desenvolver um plano estratégico de Bauru como cidade inteligente — definição das estratégias que viabilizarão a cidade para que possa empreender uma jornada de transformação digital rumo a uma cidade inteligente, humana e sustentável.

- Questões como: desenvolvimento sustentável, tecnologias da informação e comunicação, infraestrutura, governança e financiamento do plano devem estar no escopo.

- A transformação digital será composta por diversos grupos de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial, *Big Data*, entre outras.

- Para ocorrer a transformação digital dos municípios, o país enfrentará barreiras relacionadas com a capacitação de servidores públicos, o levantamento de recursos para investimentos em momentos de crise econômica, os desafios na contratação pública, o tratamento de dados dos cidadãos, a cooperação entre municípios, e outras.

- Estudar e propor soluções de PPP já existentes em outras cidades que podem dialogar com as necessidades do município junto a uma cidade inteligente.

- Desenvolver iniciativas de parcerias com instituições de ensino locais, para o desenvolvimento de soluções tecnológicas que possam ser implementadas com facilidade, por meio de parcerias, concursos, *hackatnons*, onde os parceiros possam ter acesso a dados do município, e construir soluções de interesse do município.

- O Brasil é o 4º país em números de acesso à Internet. Perde apenas para China, EUA e Índia. O Governo Federal tem se esforçado para utilizar esse poder de acesso para se tornar ainda mais digital. Medidas do MCTI, e decretos como nº 10.332, de 28 de abril de 2020: “Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.” (Fonte: www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.332-de-28-de-abril-de-2020-254430358)

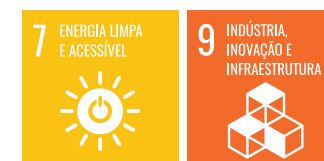
- Estudos internacionais – realizados no Canadá, Reino Unido, Noruega e Austrália – demonstram que um atendimento presencial custa em média US\$ 14. Quando o mesmo serviço é prestado de forma *online*, o custo baixa para US\$ 0,39, representando uma economia de 97% aos cofres públicos. “Estamos diante de um oceano de possibilidades para redução de custos administrativos”, frisou Carlos Santiso, chefe de divisão de Inovação para o Serviço ao Cidadão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

ENERGIAS RENOVÁVEIS E ALTERNATIVAS

BAURU TEM SE DESTACADO NA GERAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS, DIVERSOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS E PÚBLICOS JÁ SÃO AUTOSUFICIENTES. OS RESULTADOS TÊM SIDO EXCELENTE, DE BAIXO IMPACTO AO MEIO AMBIENTE E IMPACTO POSITIVO NA ECONOMIA.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 7.2 (Brasil):

Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

META ODS 7.a (Nações Unidas):

Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas; promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

META ODS 7.b (Brasil):

Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.

META ODS 9.4 (Brasil):

Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

INDICADORES

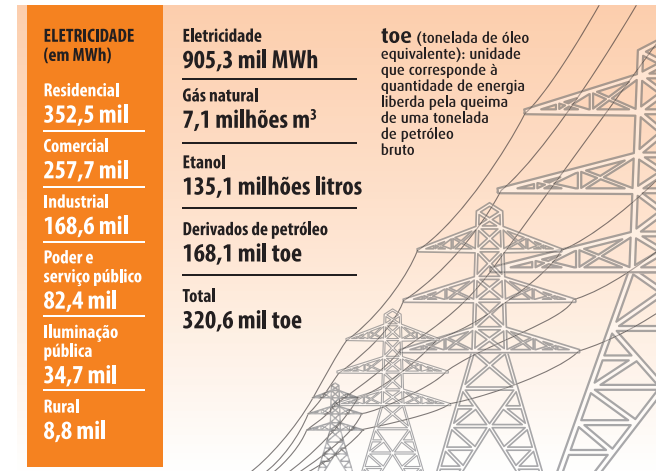
1. Percentual de energia renovável sobre o total de energia consumida.
2. Número de unidades consumidoras com geração distribuídas.
3. % de pontos de iluminação pública que utilizam LED em relação ao total.
4. % frota de transporte público urbano não poluente, elétrico e/ou similar.
5. % de redução no consumo de energia nos prédios públicos municipais (decorrência de campanhas contra o desperdício e/ou eficiência energética).
6. % de Certificados REC (Certificados de Energias Renováveis) em empresas locais e da região (exemplo: Servimed - certificada no consumo de energias limpas e redução de emissão de CO₂).

7. % Selos internacionais de Construção Verde em condomínios residenciais e empresariais (exemplo: US Green Building Council, responsável pelo selo Leed - Leadership in Energy and Environmental Design) e outras garantias palpáveis de controle de emissão de CO₂ e uso de energia limpa.

SITUAÇÃO ATUAL

Segundo o Ranking Paulista de Energia, pelos dados de consumo de eletricidade, gás natural, gás comprimido, etanol e derivados de petróleo, em 2017/2018, Bauru passou a ser a 25ª cidade de maior consumo do Estado, melhorando seu desempenho em três posições (<http://dadosenergeticos.energia.sp.gov.br/portalecv2/municipios/ranking/index.html>). Secretaria de Infra Estrutura e Meio Ambiente do Estado de SP.

DADOS ENERGÉTICOS - PERFIL DE CONSUMO EM BAURU EM 2016



Fonte: JCNET, <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2018/01/516097-bauru-e-22---maior-em-consumo-de-energia.html>

RANKING PAULISTA DE ENERGIA 2018 - CONSUMO DE ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO (43,371,127 toe)

MUNICÍPIOS	ELETRICIDADE MWh ±	GÁS NATURAL m ³ ±	GÁS COMPRIMIDO m ³ ±	ETANOL L ±	DERIVADOS DE PETRÓLEO toe	TOTAL toe ±	PARTICIPAÇÃO
1 - SÃO PAULO	27,173,125	1,041,477,393	0	2,202,318,175	3,816,725	8,310,983	19,16 %
2 - GUARULHOS	3,233,373	115,595,724	0	223,495,636	2,420,449	2,927,289	6,75 %
3 - CAMPINAS	3,285,925	51,247,280	0	325,611,789	714,594	1,214,135	2,80 %
4 - CUBATÃO	2,315,173	379,836,448	0	5,534,610	181,399	763,601	1,76 %
5 - SANTO ANDRÉ	2,813,034	229,775,703	0	146,950,103	194,016	739,049	1,70 %
6 - PAULÍNIA	1,164,662	226,263,838	0	35,548,152	334,915	677,886	1,56 %
7 - SÃO BERNARDO DO CAMPO	2,640,961	93,664,552	0	140,780,226	274,761	666,687	1,54 %
8 - RIBEIRÃO PRETO	1,876,159	16,504,579	0	265,729,837	324,625	637,887	1,47 %
9 - ALUMÍNIO	4,643,713	189,279,173	0	1,300,000	1,655	589,631	1,36 %
10 - SOROCABA	2,061,244	56,358,787	0	213,288,311	247,198	589,206	1,36 %
11 - PIRACICABA	2,173,959	136,170,851	0	149,794,583	188,605	587,179	1,35 %
12 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1,825,796	60,437,502	0	155,252,490	277,403	573,614	1,32 %
13 - JUNDIAÍ	2,191,942	73,351,165	0	141,343,247	234,322	567,752	1,31 %
14 - JACAREÍ	1,202,788	257,118,388	0	36,950,931	121,061	498,665	1,15 %
15 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1,191,048	0	0	189,487,597	258,890	457,959	1,06 %
16 - LIMEIRA	1,418,425	97,204,472	0	100,856,604	170,294	440,245	1,02 %
17 - OSASCO	1,467,911	20,716,877	0	126,358,166	202,239	413,494	0,95 %
18 - SUZANO	1,391,124	190,314,972	0	52,237,983	77,156	412,417	0,95 %
21 - RIO CLARO	985,876	147,117,964	0	46,907,811	87,230	342,026	0,79 %
22 - SANTOS	1,392,276	13,950,065	0	58,079,934	174,293	337,503	0,78 %
23 - BARUERI	1,339,128	10,951,861	0	101,622,457	158,453	336,320	0,78 %
24 - SANTA GERTRUDES	362,849	272,852,808	0	3,337,723	17,260	321,110	0,74 %
25 - BAURU	936,584	7,161,860	0	151,289,755	156,139	320,955	0,74 %
26 - AMERICANA	1,070,215	64,428,832	0	80,498,487	123,867	320,938	0,74 %

Consumo de Energéticos em unidade de energia padronizada - tonelada de óleo equivalente (toe)
Consumo de Eletricidade em megawatt/hora (MWh)
Consumo de Gás Natural em metros cúbicos (m³)
Consumo de Gás Comprimido em metros cúbicos (m³)

Consumo de Etanol em litros (L)
Consumo de Derivados de Petróleo em tonelada de óleo equivalente (toe)

Fonte: adaptado de <http://dadosenergeticos.energia.sp.gov.br/portalecv2/index.html> (2020).

Em 2016, Bauru foi classificada como a 22ª cidade de maior consumo de energia no Estado de São Paulo (MORAES, 2018, em Jcnet.com.br), mas melhorou 3 pontos sua posição, adotando algumas estratégias, conforme dados da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo. O destaque de maior consumo local é o etanol, referente à parte considerável de sua frota de automóveis.

METAS 2024

- O nível de maturidade de Bauru, em termos de dados energéticos e utilização de energia renovável, já se encontra no Nível 2, a caminho do Nível 3. Consideramos como meta para Bauru avançar parcialmente para o Nível 3 até 2024, onde grande parte do serviço público e as unidades de infraestrutura do Poder Público local estarão operando com energia limpa e/ou renovável; e a sociedade em geral, boa parte das empresas, residências e condomínios residenciais buscarão maior alinhamento com a disponibilização de serviços de energia limpa e renovável, otimização e economia de energia.

- Metas para indicadores de dados energéticos em utilização de energia limpa e/ou renovável até 2024 para o poder público:
 - Reduzir em 15% o consumo geral de energia pela otimização e melhor forma de uso nos edifícios públicos;
 - Infraestrutura e consumo energético no serviço público local deverão se inserir nas configurações de uso de energias limpas e renováveis em índices mais satisfatórios, próximos a 30% do total de instalações;
 - Aumentar a Frota de Transporte Público urbano movido a energia limpa/elétrica, para cerca de 30% do total de veículos disponibilizados;
 - Aumentar o percentual de pontos de iluminação pública que utilizam LED para acima de 60%.

- Metas para indicadores de dados energéticos em utilização de energia limpa e/ou renovável até 2024 voltados à sociedade, em geral, e iniciativa privada:
 - Reduzir em 10% o consumo geral de energia pela otimização e melhor forma de uso em residências e empresas;
 - Conscientizar da sociedade e a iniciativa privada para projetos de construções voltadas a opções inovadoras e sustentáveis = Construção Verde, buscando obter índices próximos a 20% do total das novas iniciativas locais com reúso e opções de energia limpa;
 - Conscientizar o setor empresarial para a busca de Certificações REC (Certificados de Energias Renováveis)

para índices de 20% do total das grandes indústrias e empresas (acima de 100 funcionários);

- Alcançar um percentual de residências abastecidas por energia limpa acima de 40%;
- Alcançar um percentual de grandes indústrias e empresas (acima de 100 funcionários) abastecidas por energia limpa totalizando índices de 40% delas;
- Conscientizar a sociedade pela opção de adquirir veículos movidos a energia limpa e/ou elétrica, projetando a possível meta de cerca de 10% do total da frota de novos veículos adquiridos;
- Estabelecer um índice de satisfação da sociedade com relação ao uso de energias limpas e sustentabilidade acima de 70%.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

Direcionar o poder público a opções de iluminação pública em LED, transporte público urbano movido a energia limpa e à otimização do percentual de energia renovável sobre o total de energia consumida.

Incentivar o P&D pelo apoio do Poder Público com premiações a projetos e aplicações inovadoras de uso e aproveitamento de energias renováveis, processamento de lixo, e matrizes solar e eólica.

Incentivar o P&D, fomentando projetos que priorizem a utilização de fontes de energia limpa, alternativa e renovável.

Promover o aproveitamento da capacidade e capital intelectual local voltado a P&D, em IES e empresas para as áreas energéticas, principalmente nas matrizes solar, processamento de lixo (nova lei de abril/2019 que viabiliza PPPs) e eólica.

Estimular e ampliar a inclusão de empresas na Certificação de RECs, e padrão RECBrasil (que adiciona a sustentabilidade como condição para certificação de projetos inovadores, englobando relações com comunidades locais, atendendo exigências socioambientais).

Direcionar as iniciativas empresariais e residenciais, em Infraestrutura e Construção, para opções inovadoras e sustentáveis de Construção Verde.

Conscientizar a população em geral para os conceitos sustentáveis de economia e reaproveitamento de energia, e uso de matrizes alternativas de energia limpa e renovável.

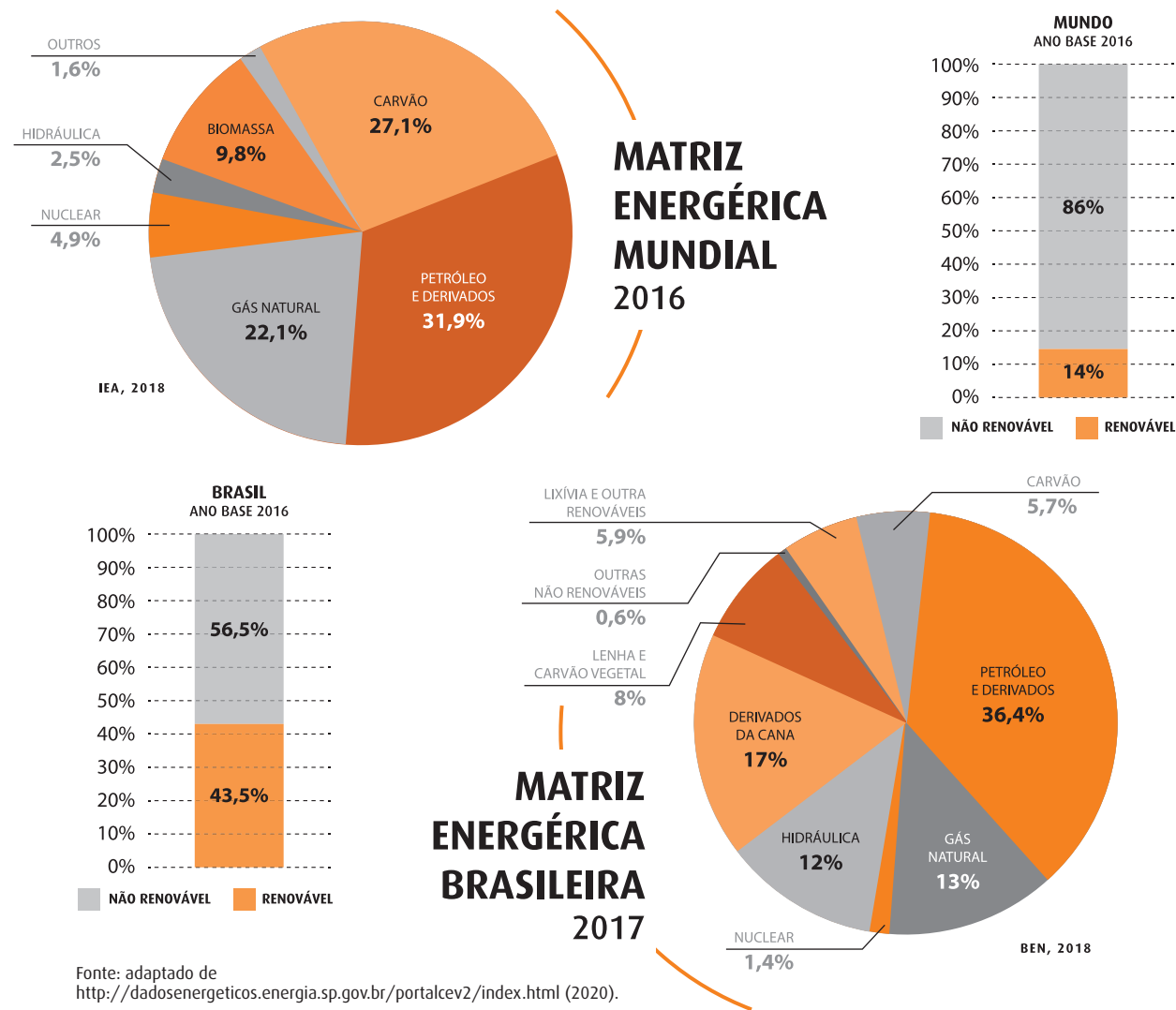
Situação Atual: segundo o *Ranking Paulista de Energia*, pelos dados de consumo de eletricidade, gás natural, gás comprimido, etanol e derivados de petróleo em 2017/2018, Bauru passou a ser a 25ª cidade de maior consumo do Estado, melhorando seu desempenho em 3 posições.

(<http://dadosenergeticos.energia.sp.gov.br/Portalcev2/Municipios/ranking/index.html>). Secretaria de Infra Estrutura e Meio Ambiente do Estado de SP.

MATRIZ ENERGÉTICA

O mundo possui uma matriz energética composta, principalmente, por **fontes não renováveis**, como o carvão, petróleo e gás natural. Fontes renováveis como solar, eólica e geotérmica, por exemplo, juntas, correspondem a apenas 1,60% da **matriz energética mundial**, assinaladas como "outros" no gráfico. Somando à participação da energia hidráulica e da biomassa, as renováveis totalizam 14%.

A matriz energética do Brasil é muito diferente da mundial. Por aqui, apesar de o consumo de energias de fontes não renováveis ser maior do que o de renováveis, usamos mais fontes renováveis que o resto do mundo. Somando lenha e carvão vegetal, hidráulica, derivados de cana e outras renováveis, nossas renováveis totalizam 42,9%, quase metade da nossa matriz energética.





Gestão Pública e Parcerias

Gestão Pública e Parcerias

VISÃO

Que, ao longo desta década, Bauru se posicione entre os municípios de melhor gestão pública do país, no que tange os aspectos de equilíbrio fiscal, desburocratização, eficiência de uso dos recursos, transparência e apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento econômico.

MACRODESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESDOBRAMENTOS

MELHOR PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Melhores práticas no combate à corrupção;
- Desburocratização;
- Equilíbrio fiscal;
- Otimização das despesas públicas;
- Leis claras;
- Regras de concessões e parcerias com iniciativa privada que promovam competição e serviços de qualidade;
- Excelência na qualidade dos serviços;
- Melhores práticas de gestão e tecnologia.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

- Modelo de governança fortalecido;
- Diversas representações;
- Transparência e facilidade de acessos às informações públicas.

INTEGRAÇÃO E PARCERIAS COM O PÚBLICO ESTRATÉGICO (UNIVERSIDADES, SOCIEDADE CIVIL, ESTADO, UNIÃO, TERCEIRO SETOR)

- Modelo de governança fortalecido;
- Transparência;
- Equidade no atendimento e acesso a recursos.

TERCEIRO SETOR

- Modelo de governança fortalecido;
- Gestão eficiente e entregas consistentes com os objetivos;
- Fontes de recursos sustentáveis;
- Transparência na prestação de contas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

MELHORAR O PLANEJAMENTO E A GESTÃO PÚBLICA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O EQUILÍBRIO FISCAL, A OTIMIZAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS, A ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO E TECNOLOGIA E A AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 16.6 (Brasil):

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

META ODS 17.1 (Brasil):

Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, a fim de melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

META ODS 17.5 (Brasil):

Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.

INDICADORES E METAS

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

FÓRMULA DO CÁLCULO: www.firjan.com.br/ifgf/
 PONTUAÇÃO 2018: 0,76 (boa gestão)
 POSIÇÃO 2018: *ranking* nacional — 340º
ranking estadual — 43º
 META 2024: 0,86 (gestão de excelência)
 ao atingir esta meta, Bauru passaria a 12º no *ranking* do Estado — base 2018

GASTOS COM PESSOAL

(como % da Receita Corrente Líquida)
 RESULTADO 2019: 48,3%
 META 2023: 47,0%
 META 2024: 46,0%
 (em 2018, havia 60 municípios no Estado com este indicador abaixo de 45%)

INVESTIMENTO (como % da Receita Total)

RESULTADO MÉDIO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS: 4,8%
 META 2023: 5,5%
 META 2024: 6,2%
 (este resultado posiciona Bauru entre os melhores do Estado — base 2018)

ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP)

FÓRMULA DO CÁLCULO:
www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/indicador-de-situacao-previdenciaria/
 RESULTADO ATUAL (2018): 0,642
 POSIÇÃO 2018: *ranking* nacional — 1044º
ranking estadual — 140º
 META 2024: 0,70 (entre os 100 melhores do Estado)

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Estudar oportunidades de redução de despesas pela adoção da prática de *home office*.
- No primeiro ano do novo mandato, contratar estudo independente referente à sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

PROMOVER POLÍTICAS ORIENTADAS À DESBUROCRATIZAÇÃO, REGRAS CLARAS E PROCESSOS AUTOMATIZADOS E INTEGRADOS, DE MODO A NÃO GERAR ENTRAVES AO EMPREENDEDORISMO E À FORMALIZAÇÃO E CRESCIMENTO DAS EMPRESAS.

DIÁLOGO COM OS ODS:



META ODS 8.3 (Brasil):

Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

META ODS 16.6 (Brasil):

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

INDICADORES E METAS

PERCENTUAL DE PROCESSOS ABERTOS DIGITALMENTE

META 2024:
 • Serviços digitais ao cidadão acima de 60%;
 • Processos automatizados acima de 60%;
 • Índice de satisfação do atendimento público digital / acima de 80%;
 • Toda a prefeitura informatizada.

NÚMERO MÉDIO DE DIAS PARA OBTER LICENÇAS, ALVARÁS E AUTORIZAÇÕES

METAS 2023: Alvarás e Autorizações — 5 dias
 Licenças — 15 dias
 METAS 2024: Alvarás e Autorizações — 3 dias
 Licenças — 10 dias

INVESTIMENTO EM TI COMO % DA RECEITA TOTAL

RESULTADO 2019: 0,11%
 META 2023: 0,25%
 META 2024: 0,35% (implica em direcionar um quarto do aumento de investimento para TI)

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Implantar indicadores de (1) percentual de processos abertos digitalmente e (2) tempo médio para obter licenças, alvarás e autorizações;
- Criar o Conselho municipal da desburocratização (ou outra câmara que ajude a pensar o tema), no primeiro ano;
- Estudar como referência o programa Empreenda Fácil da cidade de São Paulo;
- Implantar licenciamento simplificado para atividades de baixo impacto;
- Digitalizar toda a legislação municipal até 2022;
- Analisar toda a legislação municipal, consolidando e compilando a legislação até 2023;
- Revogar toda legislação desatualizada, obsoleta e sem função até 2024.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

MELHORAR AS PRÁTICAS DE COMBATE A CORRUPÇÃO; AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA E FACILITAR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, ASSEGURANDO A DISPONIBILIDADE DE DADOS CONSISTENTES; GARANTIR TRANSPARÊNCIA E EQUIDADE NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

DIÁLOGO COM OS ODS:



META ODS 16.5 (Brasil):

Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

META ODS 16.6 (Brasil):

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

META ODS 16.7 (Brasil):

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

META ODS 16.10 (Brasil):

Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

INDICADORES E METAS

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Ranking nacional da transparência:
www.portaltransparencia.gov.br/
 POSIÇÃO NO RANKING NACIONAL: 131º
 RESULTADO ATUAL: 8,36
 META 2024: 9,5 (Entre as 30 melhores do país)

GRAU DE FACILIDADE DE ACESSO A INFORMAÇÕES

META 2024	Informações completas e apresentação de indicadores didáticos, mostrando histórico das principais variáveis e comparação com metas.
SITUAÇÃO HOJE	Informação completa dentro dos parâmetros legais, mas de difícil compreensão para leigos.
	Informação incompleta e de difícil acesso.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Implantar sistema moderno e transparente de acompanhamento de obras públicas;
- Implantar indicador transparente de número de pedidos de informação solicitados e atendidos e prazo médio de atendimento.



Educação

Educação

VISÃO

Bauru ser referência na qualidade, inclusão e equidade na Educação Pública Municipal, preocupando-se principalmente com a Educação Formal.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL DE QUALIDADE E INCLUSIVO, RESULTADO DE UMA GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS, HUMANOS, TECNOLÓGICOS E DE INFRAESTRUTURA.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 4.1 (Brasil):
Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o Ensino Fundamental e médio, equitativo e de

qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

META ODS 4.a (Brasil):
Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

META ODS 16.6 (Brasil):
Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis.

META ODS 16.7 (Nações Unidas):
Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

INDICADORES

1. RECURSOS HUMANOS

Referente à gestão sobre Diretores e quadro administrativo:

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Diretores eleitos com base nas competências e formação em gestão escolar, de pessoas, comunicação e processo de melhoria contínua.		●		amarelo
2. Marcos regulatórios de progressão e promoção na carreira contemplam itens referentes ao rendimento das escolas.	●			verde
3. Sistema de gestão que acompanhe o rendimento da equipe administrativa e Diretor e que facilite as ações da Secretaria com base em análise de dados com o intuito de fortalecer o trabalho com foco em resultados educacionais.		●		verde
4. Capacitação Continuada em Gestão – baseada em avaliações e observações e focada na melhoria contínua da unidade escolar e das metas de melhoria do diretor. Avaliações para permanência no posto devem ser na evidência de resultados.	●			verde

2. GESTÃO FINANCEIRA E A EFICÁCIA

a) Eficiência na gestão escolar: dados comparativos entre Bauru e demais municípios:

DADOS COMPARATIVOS	Matrículas no fundamental 2017	IDEB anos iniciais fundamental 2017	IDEB anos finais fundamental 2017	Estabelecimentos Fund. 2018	Gasto/ano na educação fundamental 2017 (em milhões)	Gasto/mês por aluno educação fundamental 2017	População estimada 2017	IDH Municipal 2010
BAURU	8.285	6,1	4,9	16	84,757	852,52	371.690	0,801
PIRACICABA	16.484	6,8	5,2	47	108,422	548,12	397.322	0,785
S.J. DO RIO PRETO	19.490	6,9	5,2	40	155,163	663,43	450.000	0,797
JUNDIAÍ	19.596	7,1	5,3	49	208,430	886,36	409.497	0,822
ITAQUAQUECETUBA	25.631	5,7	4,3	46	128,677	418,36	360.657	0,714
CARAPICUÍBA	5.358	6,2	4,6	57	83,669	1.031,33	398.611	0,749
SOBRAL (CE)	21.551	9,1	7,2	66	122,186	472,47	205.529	0,714

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama> e https://siconfi.tesouro.gov.br/si-confi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf

- b) Rendimento Escolar;
- c) Crianças aguardando vagas na educação infantil;
- d) Captação de recursos, além do orçamento municipal;
- e) Escolarização líquida no ensino municipal (faixa etária: 0 a 12 anos);
- f) Número de escolas do município com ensino integral;
- g) Número de matrículas de pessoas com deficiência.

INDICADOR	SEM INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	INFORMAÇÕES PARCIAIS	INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	META ATÉ 2024
Número de Matrículas Município x Total crianças em Idade Escolar com Deficiência no Município.	●			verde

h) Dados de alunos defasagem idade-série (apresentam o mínimo de dois anos acima da idade esperada) para a série em que o aluno está matriculado, somente no Ensino Infantil.

INDICADOR	SEM INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	INFORMAÇÕES PARCIAIS	INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	META ATÉ 2024
Dados de defasagem idade-série	●			verde

METAS

- a) Aumentar, até 2024, de 10 a 20% a entrega ao IDEB com relação ao gasto atual por aluno nos ensinos Fundamental I e Fundamental II.
- b) Na página 7 (Planilha Fluxo Escolar – p. 54), considerando que os aprovados de forma direta foram 89%, em 2019, a meta para 2024 seria aumentar para 95%. Relativamente às Aprovações por Conselhos, a meta será reduzir de 7%, em 2019, para entre 3% e 5%.
- c) Hoje são 341, ou seja, cerca de 3,5% do total atual de alu-

- nos. A meta para 2024 seria reduzir para 2%. Fonte: SEMB (2020).
- d) 2020 não capta recursos de outras fontes. Para 2024, participar de pelo menos dois editais para captação de recursos de fomento.
- e) Até 2024, aumentar a escolarização líquida para 98% no Município.
- f) Como em 2020 não há escolas com ensino integral, até 2024, buscar desenvolver duas unidades experimentais, preferencialmente em áreas com IDH mais baixo, e/ou planejar construir mais escolas até 2028.

3. INFRAESTRUTURA

- a) % de escolas com internet de alta velocidade e ferramentas tecnológicas atuais;
- b) % de escolas com plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCIs) implementado;
- c) % de escolas com Plano de acessibilidade;
- d) % de escolas com espaços de aprendizagem diferenciados para o desenvolvimento de competências para inovação, empreendedorismo e liderança (Educação 4.0);
- e) Manutenção das edificações escolares:

INDICADOR	EM CONDIÇÕES INACEITÁVEIS, DEMORA NAS MANUTENÇÕES	EM CONDIÇÕES ACEITÁVEIS, COM MANUTENÇÕES REATIVAS	EM BOAS CONDIÇÕES COM UM SISTEMA DE VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES PREVENTIVAS	META ATÉ 2024
Como se apresenta a manutenção das edificações escolares		●		verde

Fonte: BID-ICES, www.doingbusiness.org e SEMB (2020).

METAS

- a) Até 2022 — 100% das escolas com internet de alta performance acessível aos alunos (urgente). Atualmente, 77 escolas têm conexão via rádio provida pela Prefeitura, 49 conexões de banda larga referentes ao Programa Educonexão NET/Claro e 13 com conexão banda larga (provedor UltraWave), porém, a qualidade não atende à demanda.
- b) Para 2024 — 100% com PPCIs em implementadas e atualizadas. Hoje, são três escolas com CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros) com menos de 750 m² e 11 escolas em finalização do processo de obtenção do CLCB.

Fonte: SEMB (2020).

- c) Hoje, aproximadamente 63% das escolas municipais têm acessibilidade. Até 2024, 100% das escolas devem estar preparadas.
- d) Atualmente, o município tem 16 EMEFs e somente a EMEF Waldomiro Fantini participou do Programa “Jovens Empreendedores – Primeiros Passos”, em parceria com SEBRAE Bauru. A meta é até 2024, ter 100% das escolas participando de projetos de estímulo ou preparação para o empreendedorismo, independentemente dos órgãos ou fundos de fomento.

AÇÕES

- No que se refere à apuração dos resultados nas escolas quanto ao rendimento escolar, buscar estabelecer melhorias nas análises por escola e subsequentes ações.
- Buscar parcerias e viabilizar contraturno e outros espaços além da escola.
- Capacitar os professores e adquirir infraestrutura para que eles possam implementar propostas pedagógicas para anos finais do Ensino Fundamental que contemplem as competências pressupostas na dimensão da Educação 4.0.
- Também a Educação 1.0 – buscar orientação para leituras com pensamento crítico e cultura da paz. A Prefeitura tem parceria com os Lions Clubes para a Cultura da Paz (Cartaz da Paz), e participa anualmente do concurso promovido pelos Clubes de Serviço.
- Cultura da Paz no Ambiente Escolar – desenvolver atividades que estimulem a cultura da paz, como respeito à diversidade e integração.
- Ampliar a participação em editais do FNDE, para obtenção de recursos para investimento em ampliação das ações (ex.: laboratórios, salas de metodologias ativas, etc.).
- Implementar um modelo de gestão para recursos financeiros visando à otimização de resultados.
- Aperfeiçoar a seleção de profissionais para a gestão e operação das escolas.
- Formar os futuros diretores e auxiliares administrativos em gestão. Desenvolver programas de estágios acompanhando os atuais diretores, bem como os administrativos.
- Desenvolver um modelo de gestão na escola não centralizado, com regras de transparência. As diretoras das unidades escolares seriam continuamente capacitadas e teriam autonomia para gerenciar suas escolas, desde que respeitadas as

- legislações vigentes (ex.: consultoria por Editais).
- Implementar o Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Pedagógica — incluindo Planejamento Docente, Organização didática, Instrumentos avaliativos (desempenho acadêmico e da unidade). Dados com frequência para melhorar estratégias pedagógicas para comparar com *benchmark* (referências), controle de acervos, controle patrimonial, Recursos Humanos (ex.: consultoria por Editais).
- Criar um observatório (próprio ou conveniado) de educação para interpretação e produção de conhecimento sobre dados compartilhados a partir do sistema de gestão pedagógica e administrativa, objetivando: (i) desenvolver estudos e produzir conhecimento (Conselho Nacional da Educação), mediante a articulação com as entidades de pós-graduação e institutos de pesquisa; (ii) analisar dados através de estudos e pesquisas, com participação conjunta de parceiros, para o desenvolvimento de um Modelo de Gestão Estratégica para a área educacional, ou um Sistema de Avaliação Municipal.
- Definir um cronograma de implementação do (PPCIs) nas escolas, mediante recursos obtidos por meio de financiamentos ou fomentos.
- Adequar espaços existentes nas escolas ou firmar parcerias, a fim de criar ambientes de aprendizagem diferenciados (metodologias ativas, espaços *makers*, tecnologias) para o desenvolvimento de competências para inovação, empreendedorismo e liderança (Educação 4.0).
- Regulamentar arquitetonicamente e rever a infraestrutura das escolas no que se refere à acessibilidade.
- Desenvolver um plano de manutenção de obras, edificações e segurança com equipe especializada (própria ou terceirizada).

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

UMA CIDADE ONDE A EDUCAÇÃO MUNICIPAL APRESENTE MECANISMOS DE GESTÃO SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR, A FIM DE QUE OS ALUNOS TENHAM NO APRENDIZADO O CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SE TORNAREM CIDADÃOS ATIVOS, PROFISSIONAIS DO FUTURO, COM ATITUDES SUSTENTÁVEIS.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 4.2 (Brasil):

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cui-

dados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o Ensino Fundamental.

META ODS 4.4 (Brasil):

Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

META ODS 4.7 (Nações Unidas):

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

INDICADORES

a) Iniciativas que impactam no rendimento e aprendizado:

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Avaliação diagnóstica com base no desempenho de cada aluno em Língua Portuguesa e Matemática.	●			verde
2. Recuperação da aprendizagem para acompanhar as defasagens dos alunos.	●			verde
3. Aulas em plataformas tecnológicas para promover aulas inovadoras e potencializar a aprendizagem.	●			verde
4. Monitoramento do desenvolvimento dos alunos por meio de evidências e dados, considerando níveis operacionais e cognitivos, possibilitando diagnóstico individualizado dos alunos.		●		verde
5. Estímulo ao conhecimento sobre tecnologia, valores de grupo, competitividade, liderança, empreendedorismo e cidadania.	●			verde
6. Acompanhamento de alunos na prontidão escolar e metas para reduzir índices de risco de aprendizagem e desenvolvimento para início do Ensino Fundamental (6 anos).	●			verde
7. Metas de saúde da ONU para 4, 5 e 6 anos estão sendo verificadas: desenvolvimento adequado de saúde (realizar testes de visão, peso e altura, relativos aos sinais de nutrição e psicossociais).	●			verde

b) Rendimento escolar: Taxas de Aprovação do Ensino Fundamental:

FLUXO ESCOLAR 2019										
UNIDADE DE ENSINO	Total de alunos matriculados		Promovidos				Retidos		Abandono	
			Direto		Conselho					
1. ALZIRA CARDOSO	310	100%	282	91%	21	7%	7	2%	0	0%
2. CLAUDETE DA SILVA VECCHI	635	100%	594	94%	28	4%	13	2%	0	0%
3. CÔNEGO ANÍBAL DIFRÂNCIA	794	100%	712	90%	34	4%	48	6%	1	0%
4. DIRCE B. GUEDES AZEVEDO	452	100%	392	87%	42	9%	18	4%	2	0%
5. ETELVINO RODRIGUES MADUREIRA	540	100%	515	95%	21	4%	4	1%	1	0%
6. GERALDO ARONE	578	100%	544	94%	24	4%	10	2%	1	0%
7. IVAN ENGLER DE ALMEIDA	599	100%	468	78%	73	12%	58	10%	2	0%
8. JOSÉ FRANCISCO JUNIOR	569	100%	559	98%	0	0%	10	2%	0	0%
9. JOSÉ ROMÃO	579	100%	441	76%	133	23%	5	1%	1	0%
10. LOURDES DE O. COLNAGHI	408	100%	354	87%	40	10%	14	3%	0	0%
11. MARIA CHAPARRO COSTA	540	100%	506	94%	0	0%	34	6%	1	0%
12. NACILDA DE CAMPOS	510	100%	408	80%	64	13%	37	7%	0	0%
13. NER - LYDIA A. NAVA CURY	460	100%	353	77%	60	13%	47	10%	1	0%
14. SANTA MARIA	606	100%	520	86%	53	9%	33	5%	0	0%
15. THEREZA TARZIA	575	100%	549	95%	12	2%	2	0%	0	0%
16. WALDOMIRO FANTINI	355	100%	348	98%	0	0%	7	2%	0	0%
TOTAL	8510	100%	7545	89%	605	7%7	347	4%	10	0%

Fonte: SEMB (2020). Observações:

I. linhas destacadas em amarelo se referem a escolas de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
II. as demais escolas atendem alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

c) Estudantes atingindo o nível de proficiência na Prova Brasil, em matemática e língua portuguesa:

PROVA BRASIL. NÍVEL DE PROFICIÊNCIA				
	LÍNGUA PORTUGUESA 5º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA 9º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO
ESCOLAS PÚBLICAS	67% Leitura e Interpretação	33% Leitura e Interpretação	56% Resolução de Problemas	15% Resolução de Problemas
REDE ESTADUAL	68% Leitura e Interpretação	32% Leitura e Interpretação	60% Resolução de Problemas	14% Resolução de Problemas
SISTEMA MUNICIPAL	67% Leitura e Interpretação	43% Leitura e Interpretação	50% Resolução de Problemas	20% Resolução de Problemas

Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/5187-bauru/proficiencia>.

PROVA BRASIL. NÍVEL DE PROFICIÊNCIA. COMPARATIVO DO MUNICÍPIO. *Escolas Estaduais e Municipais				
	LÍNGUA PORTUGUESA 5º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA 9º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO
BAURU*	67% Leitura e Interpretação	33% Leitura e Interpretação	56% Resolução de Problemas	15% Resolução de Problemas
BRASIL	56% Leitura e Interpretação	34% Leitura e Interpretação	44% Resolução de Problemas	15% Resolução de Problemas
ESTADO SÃO PAULO	70% Leitura e Interpretação	40% Leitura e Interpretação	61% Resolução de Problemas	19% Resolução de Problemas

Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/5187-bauru/compare>.

PROVA BRASIL. NÍVEL DE PROFICIÊNCIA. COMPARATIVO DO MUNICÍPIO. *Escolas Sistema Municipal				
	LÍNGUA PORTUGUESA 5º ANO	LÍNGUA PORTUGUESA 9º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO	MATEMÁTICA 5º ANO
BAURU*	67% Leitura e Interpretação	43% Leitura e Interpretação	55% Resolução de Problemas	20% Resolução de Problemas
BRASIL	54% Leitura e Interpretação	31% Leitura e Interpretação	42% Resolução de Problemas	14% Resolução de Problemas
ESTADO SÃO PAULO	71% Leitura e Interpretação	43% Leitura e Interpretação	61% Resolução de Problemas	23% Resolução de Problemas

Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/5187-bauru/compare>.

d) Dados de absentismo dos alunos:

ABSENTEÍSMO DE ALUNOS (FEVEREIRO 2020)			
NÍVEL ENSINO	DIAS LETIVOS	ABSENTEÍSMO (%)	META 2024 (%)
EDUCAÇÃO INFANTIL	33	26	15
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	33	20	15

Fonte: SEMB (2020).

e) Dados relativos à alfabetização no 3º e 5º anos:

INDICADOR	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	META ATÉ 2024
Controle de Alfabetização no 3º e 5º anos	●			verde

f) Análise avanço da implementação da BNCC:

INDICADOR	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	META ATÉ 2024
Implementação 100% BNCC no Município		●		verde

METAS

- a) A tabela com as Iniciativas que impactam no rendimento e aprendizado já contempla as metas até 2024.
- b) Na Planilha Fluxo Escolar (p. 54), considerando que os aprovados de forma Direta foram 89%, em 2019, a meta para 2024 seria aumentar para 95%. Relativamente às Aprovações por Conselhos, a meta será reduzir de 7%, em 2019, para entre 3% e 5%.
- c) Até 2024, atingir 71% nos 5º e 9º anos, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

AÇÕES

- Realizar acompanhamento junto aos diferentes órgãos que favoreçam o cruzamento das informações sobre a idade das crianças que deveriam estar na escola.
- Investir em novos ambientes e atividades de desenvolvimento psicomotor em todas as escolas.

- Criar e implementar eventos que favoreçam a atuação das crianças, como feiras e exposições de ciências, por exemplo.
- Incentivar práticas inovadoras e criativas para a condução do processo de ensino-aprendizagem.
- Crianças preparadas para Ensino Fundamental — aos 6 anos, deve ocorrer avaliação após seis semanas do ingresso. Obtenção de dados para acompanhar e validar situações de risco, obtendo o % de alunos com limitações sociais, cognitivas e físicas.
- Criar indicadores relativos ao sistema de controle de absentismo na pré-escola/creches na faixa de 0-3 anos (sem legislação) e de 4-5 anos (por legislação) e por gênero. Importante avaliar também o controle de absentismo de crianças no município em assentamentos ou em risco social nessas faixas etárias.
- Desenvolver a Análise de Sucesso Escolar (cursar as séries dentro nas idades esperadas) e criar indicadores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

UMA CIDADE ONDE A EDUCAÇÃO MUNICIPAL APRESENTA MECANISMOS DE GESTÃO SOBRE O RENDIMENTO DA EQUIPE PEDAGÓGICA, CAPACITADA CONTINUAMENTE PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS, EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO EM FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E FUTURIDADES.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 4.c (Brasil):

Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, Estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

INDICADORES

- a) Porcentagem de absentismo de professores;
- b) Rendimento dos alunos;
- c) Iniciativas de impacto no rendimento pedagógico para Coordenações:

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Capacitação de docentes para ferramentas tecnológicas e plataformas de ensino.	●			verde
2. Há mecanismo de avaliação e <i>feedback</i> aos professores que contemplem periodicidade de avaliação; resultados obtidos pelos alunos em testes regulares; didática; cumprimento de conteúdo; relacionamento com a classe; dedicação; avaliação dos alunos; autoavaliação.	●			verde
3. Comissão Permanente de Avaliação (CPA) constituída conforme solicita o MEC (diretores, coordenadores e observadores externos).	●			verde
4. Marcos regulatórios de progressão/promoção na carreira com itens referentes ao rendimento pedagógico das escolas.	●			verde
5. Avaliações de resultados periódicos nas escolas, sobre o resultado das provas aplicadas no período anterior, fazendo uma projeção dos resultados futuros. As metas devem entrar no planejamento pedagógico do próximo período.		●		verde
6. Realizar continuamente a formação e capacitação dos docentes para desenvolvimento das competências socioemocionais das crianças.	●			verde
7. Formação dos Coordenadores Pedagógicos para qualificar a gestão de sala de aula: planejamento das aulas, estratégias diversificadas, e observação dos professores em atividade.		●		verde

d) Iniciativas de impacto na ação pedagógica dos Docentes/Melhoria Contínua:

INDICADORES	NÃO ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	METAS ATÉ 2024
1. Aperfeiçoamento e intensificação das capacitações docentes para ferramentas tecnológicas e metodologias ativas.	●			verde
2. Implantação e implementação de Avaliações de Desempenho que considerem inclusive os resultados dos alunos.	●			verde
3. Definição resultados de alunos para serem acompanhados.	●			verde
4. Bonificações para as melhorias de resultados.	●			verde
5. Implementação da figura do Professor Tutor, nos moldes dos tutores do EaD, com apoio presencial aos alunos e grupos de alunos com defasagem de aprendizado (não existe ainda e faz parte da Gestão).		●		verde

METAS

a) Absenteísmo de Professores (quadro a seguir). A meta para 2024 é de até 2% de absenteísmo.

ABSENTEÍSMO DE PROFESSORES (FEVEREIRO e MARÇO 2020)				
NÍVEL ENSINO	PROFESSORES ATIVOS	DIAS LETIVOS	FALTAS	ABSENTEÍSMO (%)
EDUCAÇÃO INFANTIL	643	33	900	4,24
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	686	33	1519	3,97

Fonte: SEMB (2020).

b) Na página 54 (Planilha Fluxo Escolar), considerando que os aprovados de forma Direta foram 89%, em 2019, a meta para 2024 seria aumentar para 95%. Relativamente às Aprovações por Conselhos, a meta será reduzir de 7%, em 2019, para entre 3% e 5%.

AÇÕES

- Formar um calendário de ações de formação continuada aos professores e compartilhamento de experiências exitosas: (a) Encontros semestrais para Mostra de Boas Práticas; (b) Comunidades de prática (plataforma).
- Atividades poderão ser desenvolvidas em parceria com as Instituições de Ensino Superior.
- Até final de 2022, ter 100% (METAS p. 51) das escolas com internet de alta velocidade implantada e 100% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental capacitados para o conceito e aplicação da tecnologia, acompanhando os prazos de implementação da BNCC;
- Motivar e valorizar participação dos professores e, eventualmente, as teleconferências para as formações continuadas.
- Premiar escolas que demonstrem resultados mediante as metas estabelecidas.
- Desenvolver uma escola virtual para os professores da

rede, com o objetivo de fazer uma educação continuada de novas metodologias e tecnologias na educação e atribuir carga horária específica para o professor se dedicar a esta escola virtual (ex. HTPC).

- Premiar projetos de professores com novas práticas metodológicas e tecnológicas na educação.
- O MEC vai pagar um bônus para professores e diretores de escolas que conseguirem alcançar bons resultados em avaliações de desempenho de leitura de estudantes na fase da alfabetização, no programa "Tempo de Aprender", elaborado pela Secretaria de Alfabetização (Sealf), dentro da Política Nacional de Alfabetização.

Fonte: disponível em <<https://exame.com/brasil/mec-vai-dar-bonus-a-professores-que-melhorarem-alfabetizacao-de-alunos/>>

- *Benchmarking* com bons referenciais, do IDEB por exemplo, de modo a buscar as melhores práticas, em condições similares às do Município, onde quer que elas estejam.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

FAMÍLIA PRÓXIMA À ESCOLA, COLABORANDO NO INTERESSE E RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 4.7 (Nações Unidas):

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

META ODS 4.2 (Brasil):

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o Ensino Fundamental.

META ODS 16.2 (Brasil):

Proteger todas as crianças e adolescentes de abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

INDICADORES

- a) % de frequência dos pais nas reuniões e eventos realizados nas escolas;
- b) % de frequência participação dos pais nos conselhos de pais e mestres.

METAS

a) Aumentar para 90% a frequência da família nas reuniões e nos eventos escolares, hoje é, em média, de 60% na educação infantil e fundamental.

b) Aumentar para 90% a participação dos pais nos conselhos de pais e mestres — como os pais que são nomeados para os Conselhos, a média hoje é de frequência de 75%.

AÇÕES

- Implementar um programa de aproximação das famílias à escola, com iniciativas como: Escola de Pais, Projeto como a "Escola da Inteligência" (socioemocional) e a Educação Financeira.
- Conscientizar sobre a importância da educação nas vidas dos filhos e os elementos familiares necessários ao sucesso escolar dos alunos.
- Diversificar e implementar estratégias pedagógicas e de comunicação que envolvam as famílias.
- Avaliar dificuldades que impedem os pais à maior participação; por exemplo, o horário das reuniões, tendo em vista que muitos deles são trabalhadores.



Planejamento Urbano

Planejamento Urbano

VISÃO

Bauru ser reconhecida pelos benefícios que produz à sociedade por meio da efetiva implementação de políticas sustentáveis: mobilidade, ocupações com habitações dignas e seguras, produção e descarte de resíduos urbanos, proporcionando elevada qualidade de vida a todos os cidadãos, garantindo o acesso a equipamentos públicos sociais, de lazer e cultura.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

MOBILIDADE URBANA DE CARGAS E PESSOAS FUNCIONANDO EM NÍVEIS ELEVADOS DE EFICIÊNCIA E CUSTO, CONTEMPLANDO MOBILIDADE ATIVA E ELETROMOBILIDADE, PRIORIZANDO A INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO E COMPARTILHADO, COM REGULAÇÃO E ESTRUTURAS ADEQUADAS.

META ODS 11.2 (Brasil):

Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 11.6 (Brasil):

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

INDICADORES

- Índice de passageiros por km do transporte coletivo (IPK)
- Índice de passageiros equivalentes por km.
- km de ciclovias e ciclofaixas construídas por ano
-

INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA E INEXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	EXISTÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA E INFRAESTRUTURA SENDO IMPLEMENTADA	POLÍTICA PÚBLICA EFICAZ E INFRAESTRUTURA ADEQUADA	META ATÉ 2024
Políticas públicas e infraestrutura incentivadora para emprego de veículos que utilize energia sustentável.	●			amarelo

- Percentual de quilometragem rodada mensal por transporte público com energia sustentável em relação à quilometragem rodada mensal por transporte público com energia convencional.
- Percentual de ônibus com acessibilidade para deficientes, em relação ao total da frota.
-

INDICADOR	INFORMAÇÕES INEXISTENTES	INFORMAÇÕES ADEQUADAS E SISTEMATIZADAS PERMITINDO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES DE USO DE SOLO	INFORMAÇÕES ADEQUADAS E SISTEMATIZADAS PROPORCIONANDO POLÍTICAS EFICAZES DE USO DO SOLO	META ATÉ 2024
Informações da quantidade de destinos dos usuários do transporte público, que estejam a uma distância máxima de mil metros de pontos de ônibus.	●			amarelo

8.	INDICADOR	EXISTÊNCIA DE CALÇADAS ACESSÍVEIS EM ALGUNS EDIFÍCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	EXISTÊNCIA DE CALÇADAS ACESSÍVEIS EM NO MÍNIMO 50% DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	EXISTÊNCIA DE CALÇADAS ACESSÍVEIS EM 100% DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	META ATÉ 2024
	Edifícios Públicos dotados no entorno de calçadas acessíveis.	●			amarelo

9.	INDICADOR	INEXISTENTES	EXISTENTES, PORÉM EM SITUAÇÕES PONTUAIS	EXISTENTES, CONSOLIDADAS E COM VÁRIOS CASOS IMPLEMENTADOS EM BAURU	META	
	Parcerias com as universidades e centros de pesquisas no desenvolvimento de inovações em mobilidade.	●			2022	2024
					●	●

10.	INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE FUNDO DE INVESTIMENTO	CRIAÇÃO E REGULÇÃO DO FUNDO	RECURSOS SENDO UTILIZADOS COM A CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADE	META	
	Fundo de Investimentos para Inovação da Mobilidade.				2022	2024
					●	●

11.	INDICADOR	PLANO DE MOBILIDADE EXISTENTE, PORÉM NÃO IMPLEMENTADO	REAVALIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E EXECUÇÃO DE PROJETOS E PLANOS ESPECÍFICOS	IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS E AÇÕES DE ACORDO COM METAS ESTABELECIDAS NO PLANO DE MOBILIDADE	META	
	Quanto à integração do transporte público com outros modais, como: <i>bike-sharing</i> , <i>car-sharing</i> , viagens a pé e outros.				2021	2024
					●	●

12.	INDICADOR	INEXISTENTE	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA, COM ANÁLISES LIMITADAS	IMPLEMENTADA	META	
	Dispõe de uma central de dados para análise de percursos, facilitar acessos, vender bilhetes, fidelizar clientes.				2022	2024
					●	●

METAS POR MANDATO

- 1 e 2 — Ampliar o número de usuários (efetivamente pagantes) de transporte coletivo em 3% ao ano.
- 3 — Executar 10 km de ciclovias e/ou ciclofaixas por ano.
- 5 — Aumentar em 2% ao ano a quilometragem rodada mensal de transporte público com energia sustentável.
- 6 — Manter a totalidade da frota acessível.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Adequar e implementar o Plano de Mobilidade Urbana priorizando a mobilidade ativa e o transporte público.
- Estabelecer e implantar política de cooperação e parceria com o setor privado, universidades, entidades e Conselhos pertinentes e usuários, para compartilhar a gestão, inovação, proposições e decisões na área da mobilidade, sendo que esta deve

ser vista, não como uma solução ao transporte, mas como questão de sustentabilidade, bem-estar e qualidade de vida.

- Ter o bem-estar, saúde e satisfação do usuário como foco e prioridade.
- Flexibilizar legislações e regulações de forma a eliminar barreiras que possam impedir a inovação no sistema de mobilidade.
- Buscar a contínua melhoria e inovação do sistema de mobilidade, democratizando o acesso à informação e à tecnologia por todos os usuários.
- Proporcionar aos usuários de forma simples e acessível com uso de tecnologia, como aplicativos e outros mecanismos que permitam comunicação e efetiva participação deles na gestão do sistema de mobilidade.
- Implementar ações que possam atrair a iniciativa privada.
- Estabelecer políticas públicas de forma institucional para o transporte coletivo e a mobilidade ativa.
- Estabelecer o uso do solo tendo a mobilidade como fator estruturante, utilizando como estratégia de planejamento urbano o DOTS (Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável).
- Implantar vias com *traffic calming*.
- Definir e aplicar verba orçamentária em políticas de mobilidade, de forma clara e transparente.
- Subsidiar o transporte coletivo com uso de energia limpa, uma vez que beneficia toda a população e não apenas o usuário do transporte.
- Criar sistema de medição tanto quantitativa quanto qualitativa dos modais de mobilidade.
- Criar pontos de intermobilidade, ou seja, conexão entre os diversos tipos de mobilidade.
- Implantar travessias seguras, faixas, lombofaixas, nivelamento de piso (entre leito carroçável e passeio), acalmamento de trânsito, ruas completas.
- Construir estacionamentos e estrutura necessária que proporcionem segurança e conforto para usuários de bicicletas, paraciclos ou outros.
- Implementar nos prédios e áreas públicas existentes, ou a construir, a acessibilidade plena, que atenda às necessidades de qualquer pessoa.
- Implementar novas rotas e ações sociais para incentivo ao transporte público.
- Incentivar o uso misto de atividades (ocupação do solo) de forma a reduzir as distâncias.
- Criar, regulamentar e implementar leis que incentivem a criação de eletropostos e pontos de recargas.
- Qualificar o transporte coletivo de forma a atender as necessidades e segurança dos usuários.
- Incentivar a instalação de transportadoras e centros logísticos ao longo das rodovias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

BAURU CONTROLA AS OCORRÊNCIAS DE ALAGAMENTOS E ENCHENTES POR MEIO DE UM PLANO DE MITIGAÇÃO DE RISCOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

DIÁLOGO COM O ODS



META ODS 11.5 (Brasil):

Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao PIB com especial atenção à proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

META ODS 11.b (Brasil):

Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres, de acordo com o Marco de SENDAI.

META ODS 13.1 (Brasil):

Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.

META ODS 13.3 (Brasil):

Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.

INDICADORES

1. Índice de área verde (áreas totais de praças e parques) por habitante (IAV).
2. Índice de cobertura vegetal — somatório de área de copa das árvores dividido pelo número de habitantes da área urbana (ICV). Incluir aqui as áreas verdes, parques e árvores de vias públicas.
3. Índice de imóveis urbanos em vias públicas com pelo menos uma árvore em relação ao número total de imóveis.

4.

INDICADOR	EXISTÊNCIA DE ALGUNS DADOS E AUSÊNCIA DE SISTEMATIZAÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA DE CHUVA CAPTADA NOS IMÓVEIS E DESTINADA AO REÚSO / POUCA LEGISLAÇÃO QUE INCENTIVE ESSA PRÁTICA	QUANTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA DE CHUVA CAPTADA NOS IMÓVEIS E REUTILIZADAS/ CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A ESSA PRÁTICA	QUANTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA DE CHUVA CAPTADA NOS IMÓVEIS E REUTILIZADAS/ EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A ESSA PRÁTICA	META ATÉ 2024
Quantificação do volume de água de chuva captada nos imóveis e destinada ao reúso/ existência de legislação e normatização que incentive tal prática.	●			amarelo

5. Percentual de domicílios em áreas de risco sobre o total dos domicílios.

6. Número de pontos de alagamento e enchente.

7.

INDICADOR	PLANO DE MACRO E MICRODRENAGEM INEXISTENTE	PLANO DE MACRO E MICRODRENAGEM COM CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO COM ALGUMAS AÇÕES SENDO EXECUTADAS	PLANO DE MACRO E MICRODRENAGEM COM CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO COM AÇÕES E METAS SENDO DEVIDAMENTE CUMPRIDAS	META ATÉ 2024
Efetivação do Plano de macro e microdrenagem.		●		verde

8.

INDICADOR	DADOS E INFORMAÇÕES INEXISTENTES	DADOS E INFORMAÇÕES EXISTENTES, PORÉM CARECEM DE MELHORIAS E ATUALIZAÇÕES	DADOS E INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS E CONSTANTEMENTE ATUALIZADOS	META ATÉ 2024
Disponibilidade de dados e confiabilidade que pautam as políticas públicas para gerenciamento de risco com relação à drenagem.		●		verde

METAS

1 — Aumentar o índice de área verde em 0,2 m² por habitante por ano.

2 — Aumentar o índice de cobertura vegetal em 0,2 m² por habitante nos próximos quatro anos.

3 — Aumentar em 5% ao ano o número de imóveis,

que tenham pelo menos uma árvore em vias públicas (calçadas).

4 — Erradicar os domicílios em área de risco nos próximos quatro anos, garantindo segurança habitacional as famílias.

5 — Redução de cinco pontos de alagamento por ano.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Licitar, contratar, desenvolver e implementar o Plano Municipal de Mudanças Climáticas e Plano de Gerenciamento de Riscos.
- Pleitear, junto ao governo federal, a doação (ou a utilização) da área junto à estação ferroviária, para possível execução de bacia de contenção de enchentes, aliviando as inundações da Av. Nuno de Assis.
- Estabelecer legislação que exija porcentagem mínima de arborização nas áreas verdes.

- Executar, nos três anos finais de mandato, o plano de drenagem devidamente atualizado.
- Implementar políticas que incentivem a arborização urbana com espécies cujas copas retenham o máximo possível de água de chuva.
- Implementar políticas e normas que incentivem construções e atividades a aderir à sistemas de tanques de restrição de vazão e reúso de água.

- Estruturar a Defesa civil, com recursos humanos e tecnológicos.
- Investir em educação da população sobre os benefícios ambientais e de saúde pública frente à arborização urbana.
- Implantar sistema de informações de dados georeferenciado que permitam a adequada gestão de riscos.

- Sugere-se que, apesar da existência do Plano de Macro e microdrenagem existente, seja feita uma reavaliação das soluções apresentadas.
- Manter sistematização de dados da média mensal de precipitação pluviométrica.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

CIDADE RECONHECIDA PELA URBANIZAÇÃO QUE VALORIZA A DIMENSÃO HUMANA E A QUALIDADE DE VIDA, COM ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS BEM DIMENSIONADOS, INTELIGENTES, CRIATIVOS, PRESERVADOS E COM AVANÇO RELEVANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE HABITAÇÃO.

DIÁLOGO COM O ODS



META ODS 11.1 (Brasil):

Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção a grupos em situação de vulnerabilidade.

META ODS 11.3 (Brasil):

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, o controle social e à gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as Unidades da Federação.

INDICADORES

1. Percentual de praças urbanizadas com relação ao número total de praças. (Consideram-se praças urbanizadas, aquelas que contenham: calçadas acessíveis, equipamentos de ginástica ao ar livre, bancos, paisagismo, arborização, iluminação, lixeiras e outros).

META DO ODS 11.7 (Brasil):

Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular a mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

META DO ODS 11.b (Brasil):

Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres, de acordo com o Marco de SENDAI.

2. Número de equipamentos públicos esportivos a cada 20 mil habitantes.

3. Número de famílias originárias de assentamentos precários, vivendo em habitações adequadas em relação ao total de famílias vivendo em habitações inadequadas em assentamentos precários.

4.

INDICADOR	LEGISLAÇÃO EXISTENTE DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DO FORMATO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES	DISCUSSÃO COM A SOCIEDADE CIVIL SOBRE O FORMATO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES	INSTITUTO FUNCIONANDO PLENAMENTE	META	
				2021	2024
Instituto de Planejamento e Desenvolvimento de Bauru	●			●	●

METAS

- 1 — Urbanização de dez praças públicas por ano, tendo como premissa o “novo normal”, em bairros ou setores diferentes.
- 2 — Execução e/ou adequação de, no mínimo, um equipamento esportivo para cada 20 mil habitantes,

- devendo fazer pelo menos um por ano.
- 3 — Erradicar os assentamentos precários, com o adequado manejo de, no mínimo, 350 famílias por ano e assegurar que não serão ampliados os números de assentamentos irregulares.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Elaborar um convênio entre a Prefeitura Municipal e a CETESB com o objetivo de municipalizar o licenciamento ambiental dentro da área urbana.
- Atualizar e aplicar o PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), sendo este uma relevante ferramenta de planejamento que deve trazer diagnóstico, diretrizes, objetivos, programas, ações, metas e indicadores ao equacionamento do déficit habitacional, o planejamento da provisão de habitação. Bauru precisa apresentar política consistente de Habitação de Interesse Social.
- Alocar verbas no orçamento municipal anual para resolução dos problemas de habitação de interesse social.
- Criar coordenadoria para a implementação do PLHIS, uma vez que a solução das ações deverão ser multidisciplinares, envolvendo diversas secretarias, autarquias, conselhos, entidades, para a inclusão social das famílias.

- Ampliar a fiscalização com relação aos assentamentos irregulares, com uso de tecnologia de forma a inibi-los no início da ocupação.
- Prever, na Revisão do Plano Diretor, a adequada distribuição, em função da densidade habitacional, de equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura.
- Tendo em vista a escassez de equipamentos esportivos, adotar ações de parcerias com escolas públicas para criar políticas de desenvolvimento do lazer, principalmente aos finais de semana.
- Assegurar assistência técnica aos usuários de autoconstrução (modo muito utilizado no município) de moradias, como forma de incentivo à produção habitacional.
- Prever, na revisão do Plano Diretor participativo, instrumentos urbanísticos que garantam a equidade de distribuição dos equipamentos públicos sociais.

OBJETIVO ESTRATEGICO 4

SISTEMA DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS IMPLANTADO E EM PERFEITA SINTONIA COM O CONCEITO DA ECONOMIA CIRCULAR, MAXIMIZANDO A REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS COM A TRANSFORMAÇÃO DOS REJEITOS EM INSUMO PARA O PROCESSO PRODUTIVO.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 7.2 (Brasil):

Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

META ODS 11.6 (Brasil):

Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com mais de 500 mil habitantes tenham implementados sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

META ODS 12.5 (Brasil):

Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reúso de resíduos.

META ODS 12.8 (Brasil):

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional

de Educação Ambiental (PRONEA).

Meta 12.4 (Nações Unidas):

Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida deles, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, a fim de minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

INDICADORES

1. Percentual de resíduos da cidade depositados em aterros sanitários, sobre o total de resíduos gerados por ano.
2. Percentual de domicílios que dispõem de coleta seletiva em relação ao total de domicílios.
3. Percentual de resíduo reciclável sobre o total de resíduos sólidos urbanos coletados por ano.
4. Percentual de Ecopontos com estrutura física adequada em relação ao número total de Ecopontos.
5. Quantidade de resíduo da construção civil com destinação adequada em toneladas em relação ao total de resíduos da construção civil produzido no município.
6. Número de pontos de descarte irregular.
7. Número de Pontos de Entrega Voluntário de resíduos recicláveis por setor urbano de planejamento (12 setores).
8. Plano de Educação Ambiental:

INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRIADO	PLANO DE EDUCAÇÃO SENDO APLICADO EM TODAS ESCOLAS	META ATÉ 2024
Disponibilidade de Plano de Educação Ambiental, com indicadores e metas.		●		verde

9. Plano de Saneamento Básico:

INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO	EXISTÊNCIA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO SEM IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA E CUMPRIMENTO DE ALGUMAS METAS	EXISTÊNCIA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO COM IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA E COM O DEVIDO CUMPRIMENTO DE METAS E PRAZOS	META ATÉ 2024
Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico com indicadores e metas.		●		verde

10.

INDICADOR	POLÍTICAS PÚBLICAS INCIPIENTES DE INCENTIVO ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES COM PARA RECICLAGEM DE RESÍDUOS	CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANOS ESPECÍFICOS COM METAS E INDICADORES QUE INCENTIVE AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS	COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES PARA RECICLAGEM DE RESÍDUOS EM PLENO DESENVOLVIMENTO, COM ELEVADO NÍVEL DE TRABALHO, COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E SIGNIFICATIVA REDUÇÃO DE RESÍDUOS DESCARTÁVEIS DESTINADOS AO ATERRO SANITÁRIO	META	
				2022	2024
Existência de gestão e política pública que incentive o associativismo e cooperativismo para reciclagem de resíduos.	●			●	●

11.

INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO A PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS	ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA, COM A SOCIEDADE CIVIL, ENTIDADES E CONSELHOS MUNICIPAIS DE LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO ÀS PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS	LEGISLAÇÃO DE INCENTIVO A PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS SENDO DEVIDAMENTE APLICADA. AVALIAÇÕES DA EFICIÊNCIA DOS RESULTADOS, COM A EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE SUSTENTABILIDADE RENOVADOS PERIODICAMENTE	META ATÉ 2024
Legislação e regulamentações que incentivem as práticas de sustentabilidade ambiental, como redução e/ ou transformação dos resíduos, reúso de água, áreas vegetadas, tetos verdes, hortas e vegetação urbana.	●			verde

METAS

- 1 — Reduzir em 5 % a quantidade de resíduo destinado ao aterro sanitário.
- 2 — Atingir 100% da cobertura de coleta de recicláveis nas zonas urbana e rural do município.
- 3 — Aumentar em 10% ao ano a quantidade de resíduos recicláveis.
- 4 — Estruturar fisicamente (inclusive água e energia) 100% dos Ecopontos existentes no primeiro ano de governo.
- 5 — Processar no mínimo cinco mil toneladas/mês RCC (resíduo da construção civil) na Usina Municipal de Resíduos Sólidos.
- 6 — Eliminar os pontos de descarte irregulares nos próximos quatro anos.
- 7 — Implantar a cada ano um Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis por setor urbano de planejamento.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Analisar a viabilidade de instalação de usina de reciclagem de lixo e geração de energia.
- Rever a gestão da Usina Municipal de Resíduos Sólidos, tendo em vista o novo marco legal de saneamento, com análise de uma concessão ou PPP.
- Desenvolver, implementar e manter o ciclo de educação ambiental para todas as escolas do município e população em geral por meio de parcerias com universidades ou instituições privadas.
- Parceria público-privada para a contratação de empresas capacitadas ao desenvolvimento de um inventário de resíduos da região, incluindo regiões de passivo ambiental, visando quantificar resíduos do município.
- Implementar ações locais de gestão de resíduos sólidos, priorizando e estimulando a reciclagem e geração de

energia que viabilize economicamente a implantação de empresas do setor no município.

- Revisão da logística, inclusive setorização utilizada à coleta de resíduos sólidos, orgânicos e descartáveis.
- Implementar ações e gestão que efetivem o funcionamento da Usina Pública de Beneficiamento de Materiais da Construção Civil.
- Ampliar as discussões com os diversos atores e Conselhos em torno da instalação de novos Ecopontos no Município.
- Fazer o levantamento do número real de catadores, que não aderiram às cooperativas, bem como a quantidade de material reciclável.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

BAURU APRESENTA UM SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO QUE ATENDE PLENAMENTE A CIDADE, ALINHADO COM REQUISITOS DE EFICIÊNCIA, RETIRADAS SUSTENTÁVEIS E COM IMPACTOS RELEVANTES À SAÚDE PÚBLICA.

DIÁLOGO COM ODS



META ODS 6.1 (Brasil):

Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

META ODS 6.2 (Nações Unidas):

Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu

aberto, com especial atenção às necessidades de mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

META ODS 6.3 (Brasil):

Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosos, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente a reciclagem e o reúso seguro localmente.

META ODS 6.4 (Brasil):

Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis

e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.

META ODS 6.6 (Brasil):

Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.

META ODS 6.b (Brasil):

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.

INDICADORES

1. Percentual de domicílios atendidos pelo abastecimento público de água potável sobre o total de domicílios do município.
2. Percentual de domicílio urbanos sem ligação com a rede de esgoto sobre o total de domicílios.
3. Percentual de esgoto que recebe o devido tratamento, em relação ao total de esgoto gerado.
4. Percentual de água total consumida em relação ao total da água produzida — Índice de perdas na distribuição.
5. Percentual da água faturada medida em relação ao total da água produzida — Índice de perda de faturamento
6. Percentual do valor financeiro mensal recuperado pelo DAE com relação ao montante da dívida de usuários do sistema.
- 7.

INDICADOR	INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A MANANCIAS	EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A MANANCIAS E NECESSIDADE DE MELHORIA DA EFETIVIDADE DE AÇÕES	MANANCIAS PROTEGIDAS COM EFETIVIDADE DE AÇÕES	META ATÉ 2024
Existência de políticas efetivas e eficazes de proteção dos mananciais.		●		verde

METAS

- 1 — Atender a todos os domicílios urbanos com abastecimento de água potável.
- 2 — Atender a todos os domicílios urbanos com a coleta de esgoto.
- 3 — Tratar todo o esgoto gerado até dezembro de 2022.
- 4 — Reduzir a perda na distribuição em 4% ao ano.
- 5 — Reduzir em, no mínimo, 10% ao ano a perda de faturamento.
- 6 — Recuperação de 10% do montante de dívidas inscritas dos usuários do sistema por ano de gestão.

AÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- Reavaliar o modelo de gestão do DAE, alinhando ao novo marco legal de saneamento, devendo este ser amplamente debatido com a sociedade.

- Fiscalizar o levantamento de dados e ações para inibir e resolver os problemas de furto de água do sistema.
- Melhorar a gestão ou estudar possível privatização do sistema.
- Promover a eficiência dos serviços e a rapidez de atendimento nas questões de vazamento de água.
- Revisar valor do m3 de água.
- Implementar o Plano de Saneamento Básico e Plano Diretor de Águas de forma coordenada com o cumprimento de metas e avaliação de indicadores.
- Cobrar eficientemente os valores devidos pelos usuários do sistema.
- Desburocratizar e facilitar utilizando recursos tecnológicos como a alteração de nome de usuário.



Saúde

Saúde

VISÃO

VISÃO 2024: ser reconhecido pela comunidade bauruense por promover diretrizes e ações em saúde de maneira eficaz e comprometida com o bem-estar da população.
VISÃO 2030: Bauru se tornar referência do interior em humanização, prevenção e qualidade na prestação da saúde pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

ALCANÇAR UM SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE RESOLUTIVO, CAPAZ DE ATENDER USUÁRIOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) QUE PRECISAM DE ATENDIMENTO BÁSICO DESTACANDO A SAÚDE PREVENTIVA. AS AÇÕES DEVEM CONSTAR NO PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO MUNICIPAL.

DIÁLOGO COM OS ODS



META ODS 3.1 (Brasil):

Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100 mil nascidos vivos.

META ODS 3.2 (Brasil):

Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo oito por mil nascidos vivos.

META ODS 3.3 (Brasil):

Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis.

META ODS 3.4 (Brasil):

Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

META ODS 3.7 (Brasil):

Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

META ODS 3.8 (Brasil):

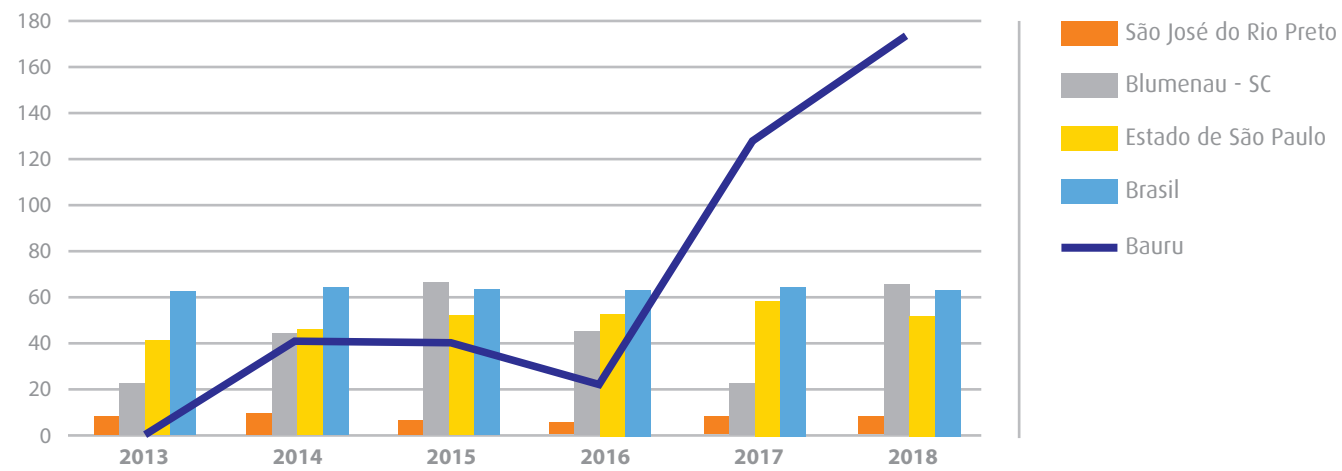
Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

INDICADORES

1. RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA (RMM).

Número de óbitos obstétricos diretos e indiretos, em determinada população x 100 mil, área e período/nº de nascidos na mesma área e período.

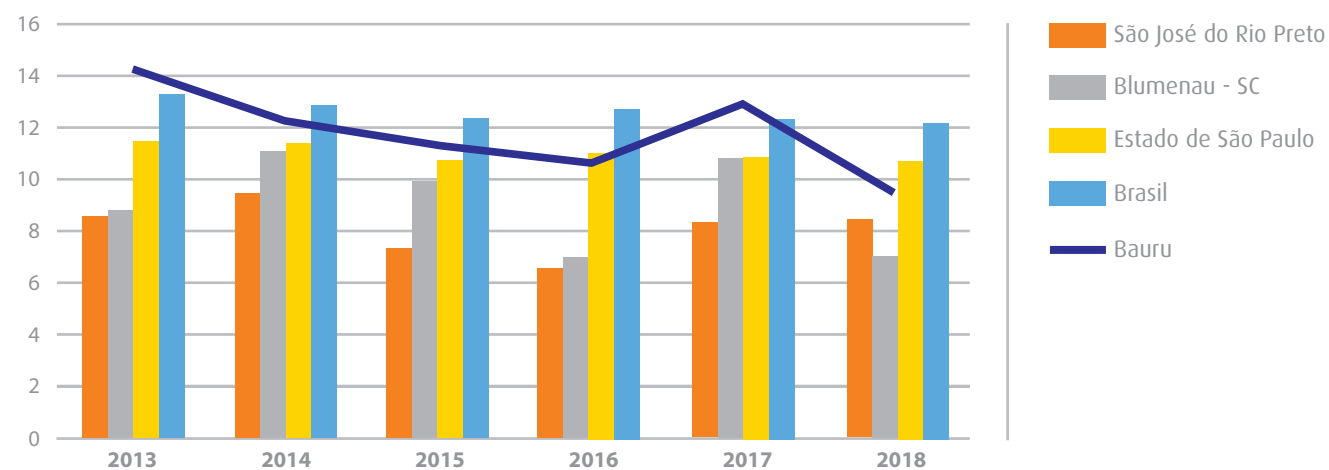
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	META 2024
BAURU	0	40,4	39,7	21,4	127,7	172,6	RMM <35,5
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	56	34,7	70,1	92,7	36,4	35,5	Referência para a meta proposta, RMM de São José do Rio Preto.
BLUMENAU - SC	23,4	44,6	66,5	45,4	22,2	66,2	
ESTADO DE SÃO PAULO	41,4	45,7	51,7	53,7	58,8	52	
BRASIL	62,9	64,5	63,5	64	64,5	63,4	



2. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.

Número de óbitos infantis menores de um ano/1.000h nascidos vivos.

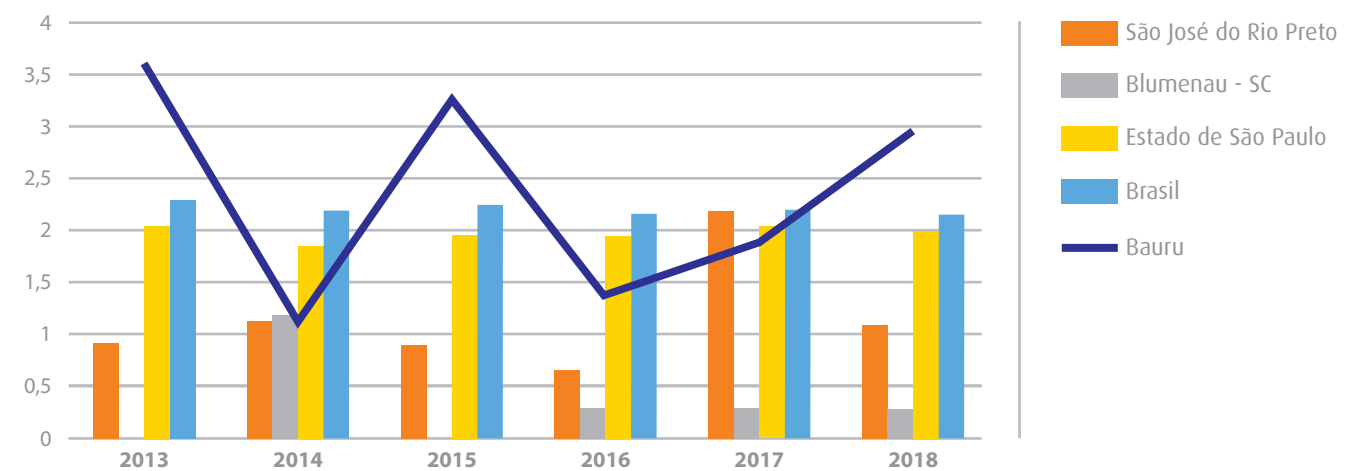
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	META 2024
BAURU	14,3	12,3	11,3	10,7	13	9,5	TMI <7,1
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	8,6	9,5	7,4	6,7	8,4	8,5	Referência para a meta proposta, TMI de Blumenau.
BLUMENAU - SC	8,9	11,2	10	7	10,9	7,1	
ESTADO DE SÃO PAULO	11,6	11,5	10,8	11,1	10,9	10,8	
BRASIL	13,4	12,9	12,4	12,7	12,4	12,2	



3. TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR TUBERCULOSE.

Número de óbitos por tuberculose/100 mil habitantes.

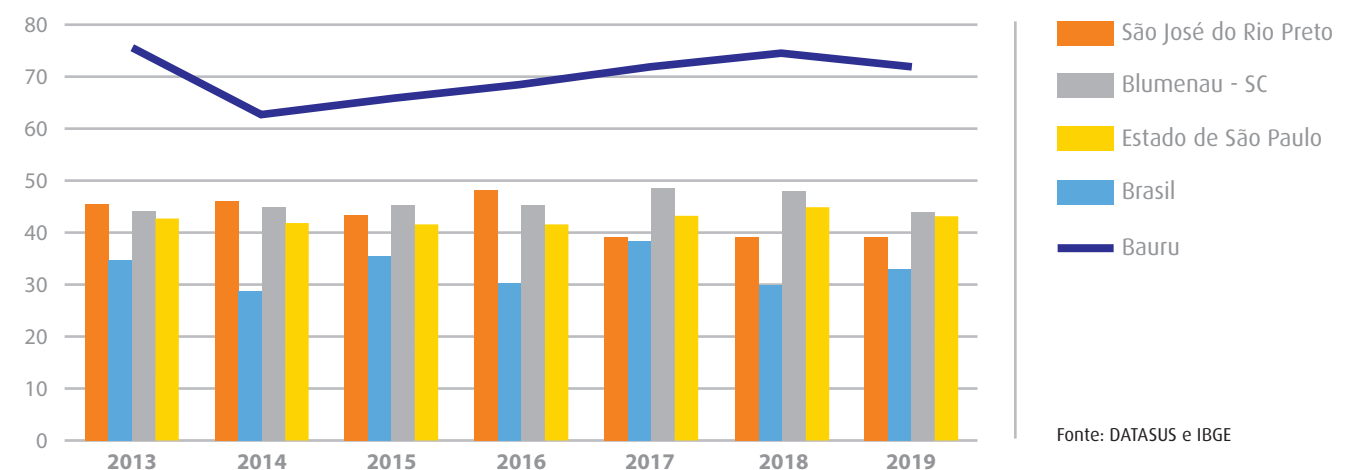
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	META 2024
BAURU	3,6	1,1	3,3	1,4	1,9	2,9	<1 óbito
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,9	1,1	0,9	0,7	2,2	1,1	Referência para a meta proposta, taxa de Blumenau.
BLUMENAU - SC	0	1,2	0	0,3	0,3	0,3	
ESTADO DE SÃO PAULO	2,1	1,9	2	2	2	2	
BRASIL	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	



4. TAXA DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE.

Casos novos confirmados/100 mil habitantes.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	75,7	62,5	65,4	68,2	71,8	73,7	71,1	<33,6 casos/ano por 100 mil hab.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	45,6	46,5	43,8	48,4	39,7	39,9	39,3	Referência para a meta proposta, taxa de Blumenau.
BLUMENAU - SC	34,9	29	36	30,5	38,7	30,4	33,6	
ESTADO DE SÃO PAULO	44,6	45,4	45,8	45,8	48,7	48,6	43,9	
BRASIL	42,9	42	41,8	41,7	43,5	45,2	43,3	

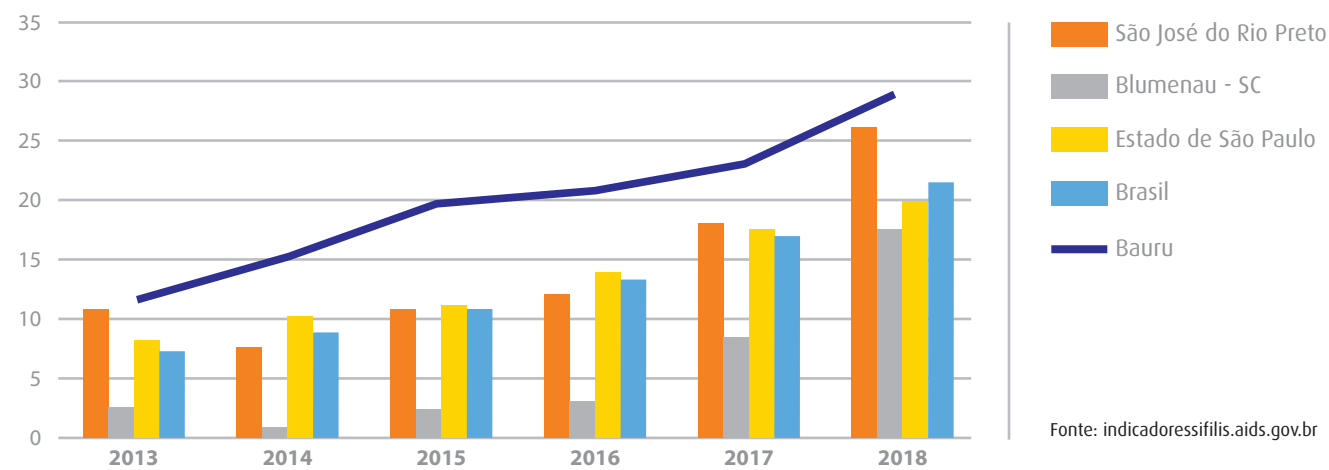


Fonte: DATASUS e IBGE

5. TAXA DE SÍFILIS EM GESTANTES.

Taxa de detecção de sífilis em gestantes por nascidos vivos. Número de casos/ano por 100 mil habitantes.

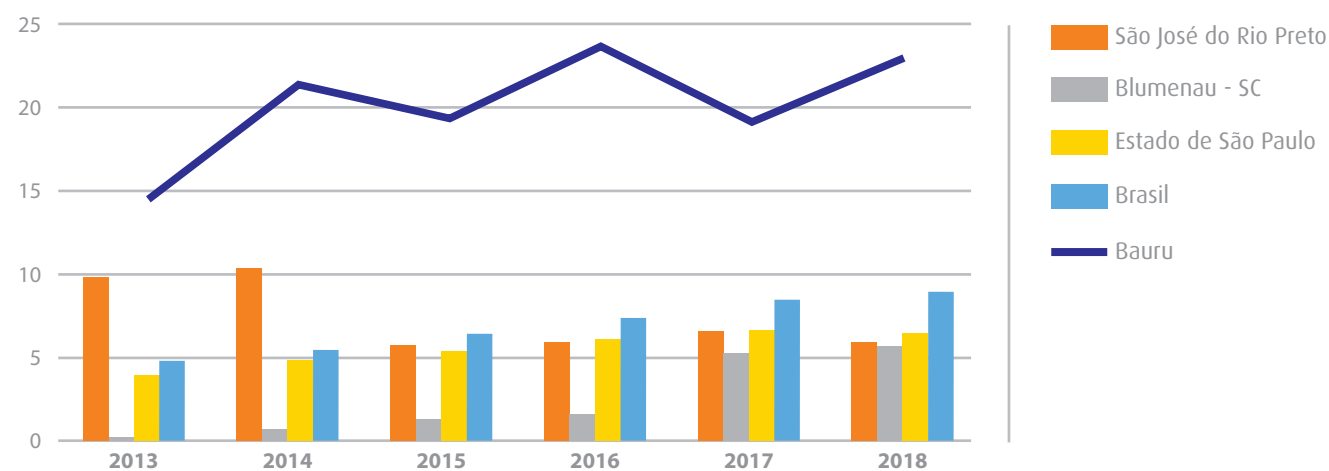
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	META 2024
BAURU	11,6	15,2	19,7	20,7	23	28,9	<17,5 casos Referência para a meta proposta, taxa de Blumenau.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	10,8	7,6	10,9	12,1	18,1	26,2	
BLUMENAU - SC	2,6	0,9	2,4	3	8,4	17,5	
ESTADO DE SÃO PAULO	8,2	10,2	11,2	14	17,5	20	
BRASIL	7,2	8,9	10,9	13,4	17	21,4	



6. TAXA DE SÍFILIS CONGÊNITA.

Taxa de incidência de sífilis congênita/ano por 1.000 nascidos vivos.

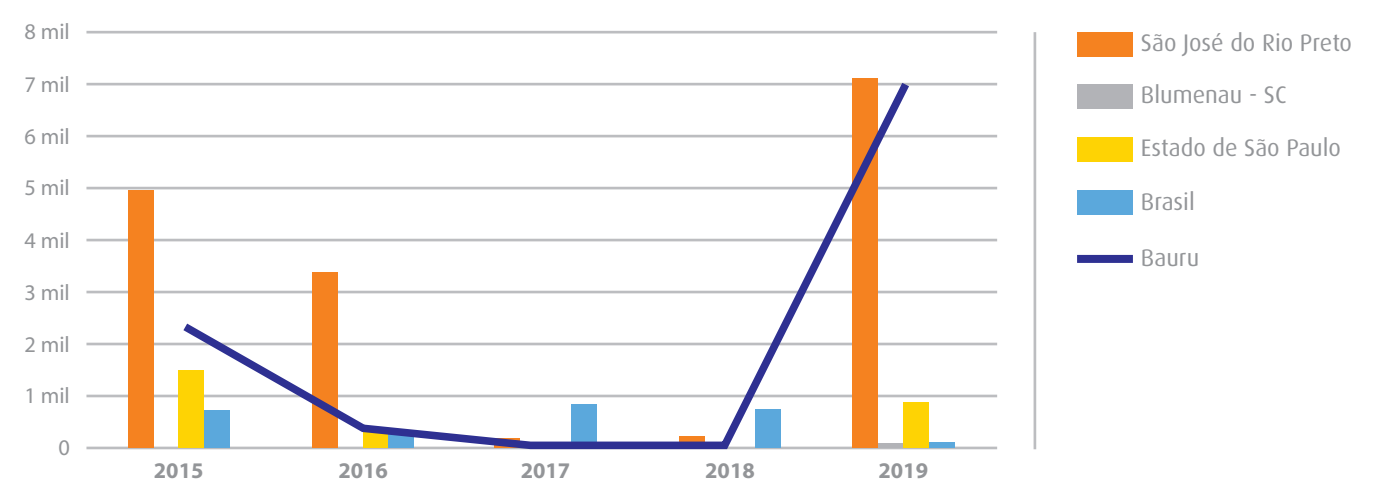
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	META 2024
BAURU	14,5	21,4	19,3	23,7	19,2	23	<5,9 casos Referência para a meta proposta, taxa de São José do Rio Preto.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	9,9	10,4	5,8	5,9	6,6	5,9	
BLUMENAU - SC	0,2	0,7	1,3	1,6	5,3	5,8	
ESTADO DE SÃO PAULO	3,9	4,8	5,4	6,1	6,7	6,5	
BRASIL	4,8	5,5	6,5	7,4	8,5	9	



7. NÚMERO DE CASOS DE DENGUE.

Número de casos a cada 100 mil habitantes.

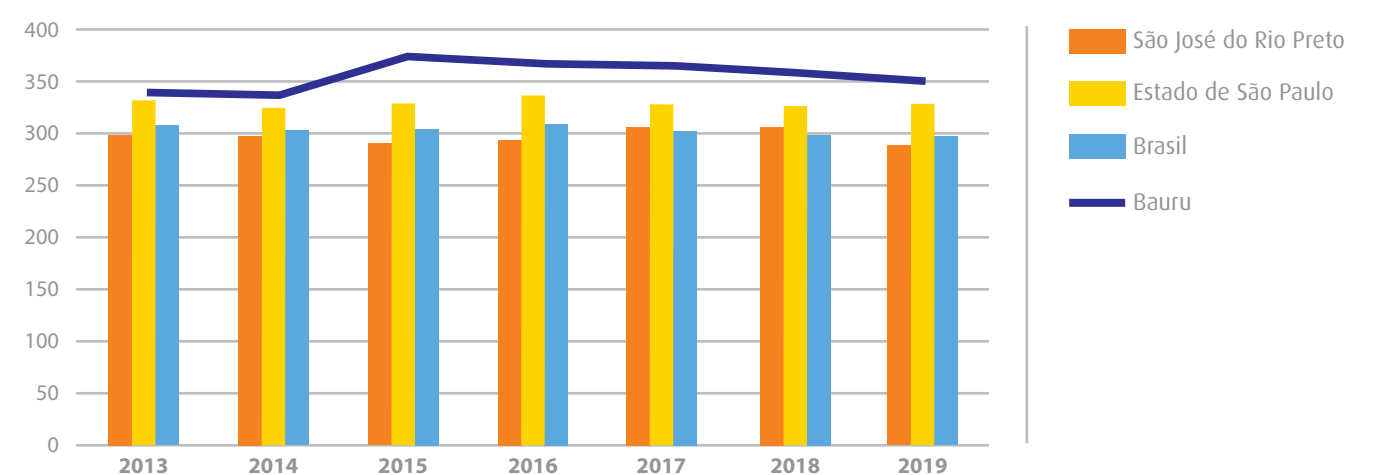
	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	2.315,0	366,6	21	65,7	6.969,9	Evitar epidemia. Obs.: Epidemia = > 100 casos/100 mil hab./semana durante 3 semanas. Referência para a meta proposta, número de Blumenau em 2019.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	4.975,3	3.377,6	126,7	183	7.109	
BLUMENAU - SC	16,8	15,5	26,7	47,9	86,2	
ESTADO DE SÃO PAULO	1.480,2	348,5	12,6	30,5	871,7	
BRASIL	713,2	291,5	830,4	737	115,3	



8. TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (30 A 69 ANOS)

Número de óbitos (de 30 a 69 anos) por DCNT registrados nos códigos CID 10: 100-199; C00-c97; 130-198; E10-E14 . População residente de 30 a 69 anos/100 mil habitantes.

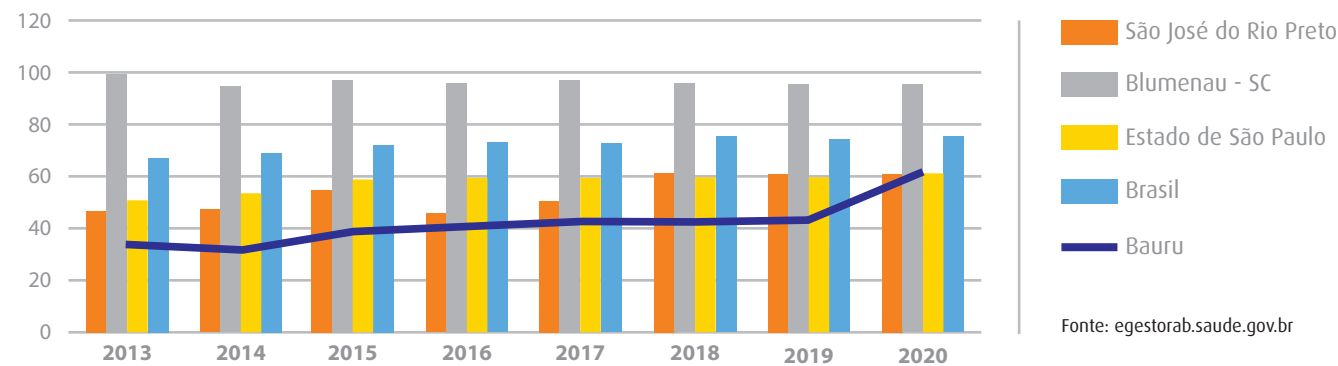
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	340	336,9	375,4	368,5	365,5	358,8	349,7	<317,8 óbitos Pactuação interfederativa 2017 a 2021.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	302	298,2	290,6	295,1	305,8	306,9	289,4	
ESTADO DE SÃO PAULO	332,6	326	330,5	338,2	329,2	327,2	328,7	
BRASIL	308,7	302,3	305	309,7	303,2	301,1	298	



9. COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por indicadores relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto à população em geral e às populações mais desfavorecidas.

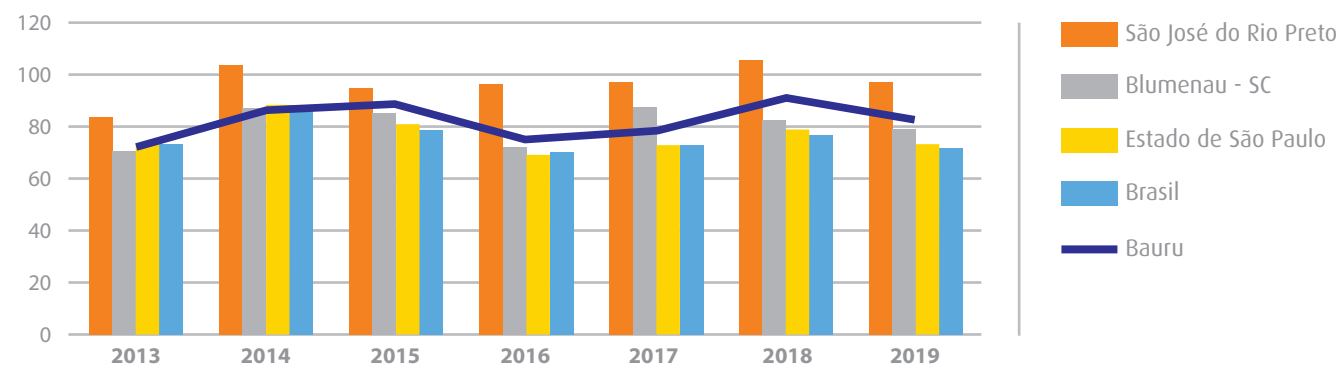
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	META 2024
BAURU	33,53	31,51	38,56	40,22	42,4	42,74	43,69	61,87	75,43 Referência para a meta proposta, Brasil.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	46,83	47,62	54,41	46,04	50,38	61,54	60,8	60,91	
BLUMENAU - SC	100	95,04	97,12	96,19	97,32	96,11	95,76	95,6	
ESTADO DE SÃO PAULO	50,59	53,74	58,8	59,32	59,28	59,86	60,17	61,55	
BRASIL	67,35	69,29	72,48	73,48	72,98	75,19	74,31	75,43	



10. TAXA DE COBERTURA DE VACINAS.

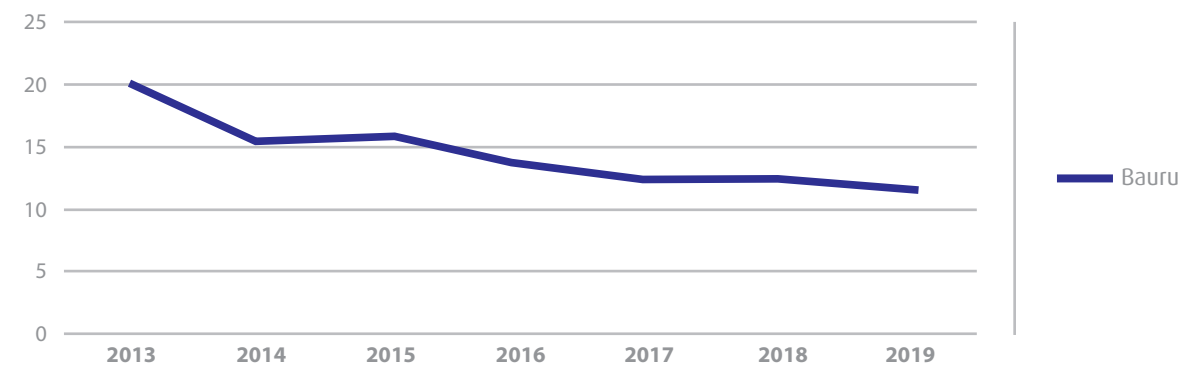
Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação (número de doses aplicadas da dose indicada, 1ª, 2ª e 3ª dose, ou dose única, conforme a vacina, dividida pela população alvo, multiplicado por cem).

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	71,9	86,54	88,79	75,15	78,63	91,39	82,36	>90% Referência para a meta proposta, S. J. Rio Preto e Bauru 2018.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	83,41	103,89	95,09	96,85	97,2	105,93	97,03	
BLUMENAU - SC	70,96	87,31	85,11	72,43	87,74	82,76	79,24	
ESTADO DE SÃO PAULO	73,37	88,2	81,06	69,11	73,03	78,8	73,5	
BRASIL	73,29	86,31	78,64	70,02	72,93	77,13	71,52	



11. TAXA DE INTERNAÇÃO POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA (ICSAB).

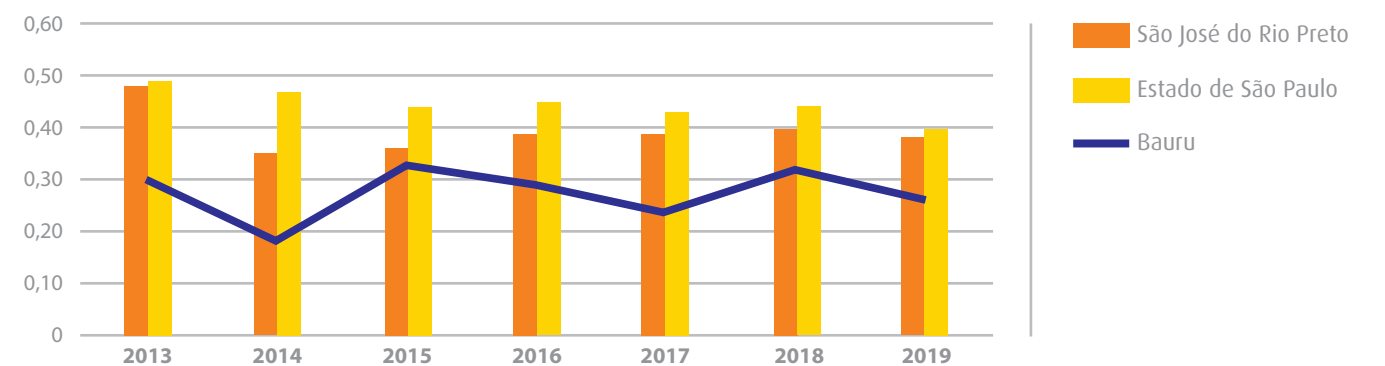
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	19,83	15,45	15,92	13,65	12,35	12,31	11,57	<10 internações por mil habitantes/ano. Referência para a meta proposta, Bauru 2019.



12. RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS.

Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente em determinado local e a população da mesma faixa etária (número de exames citopatológicos/...).

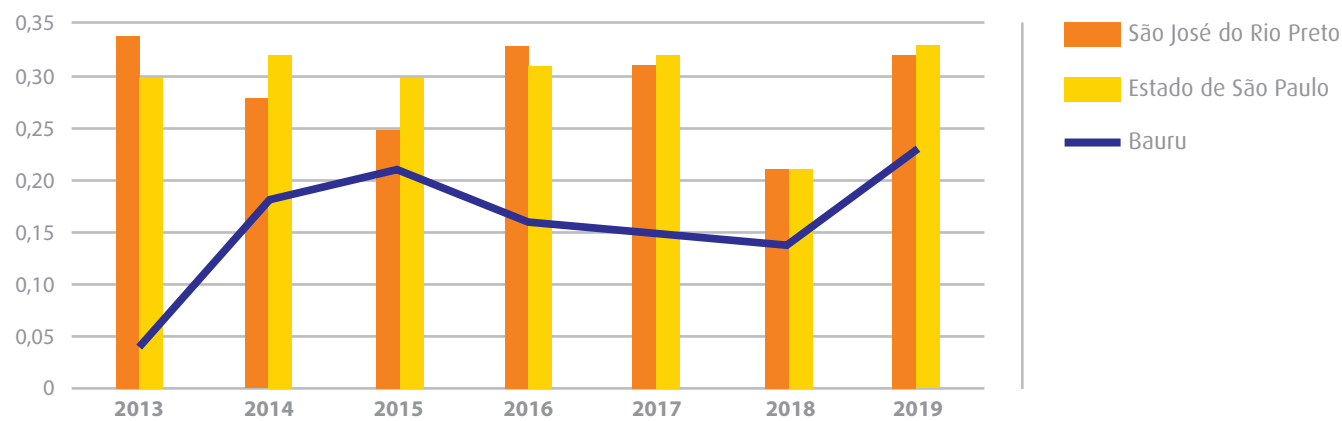
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	0,30	0,18	0,33	0,29	0,24	0,32	0,26	0,52 Pactuação interfederativa 2017 a 2021.
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,48	0,35	0,36	0,39	0,39	0,40	0,38	
ESTADO DE SÃO PAULO	0,49	0,47	0,44	0,45	0,43	0,44	0,40	



13. RAZÃO DE MAMOGRAFIAS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS.

Razão entre número de mamografias de rastreamento realizadas em mulheres de 50 a 69 anos na população de determinado local e a população da mesma faixa etária.

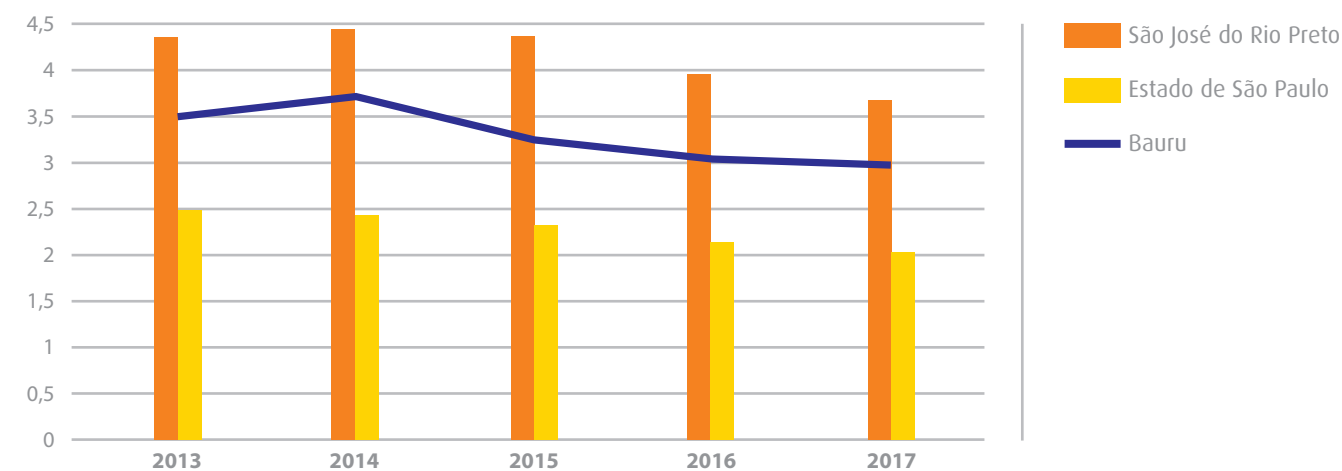
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	0,4	0,18	0,21	0,16	0,15	0,14	0,23	0,32
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0,34	0,28	0,25	0,33	0,31	0,21	0,32	Pactuação interfederativa 2017 a 2021.
ESTADO DE SÃO PAULO	0,30	0,32	0,30	0,31	0,32	0,21	0,33	



14. LEITOS NO SUS.

Número de leitos por 1.000 habitantes da população estritamente dependente do SUS.

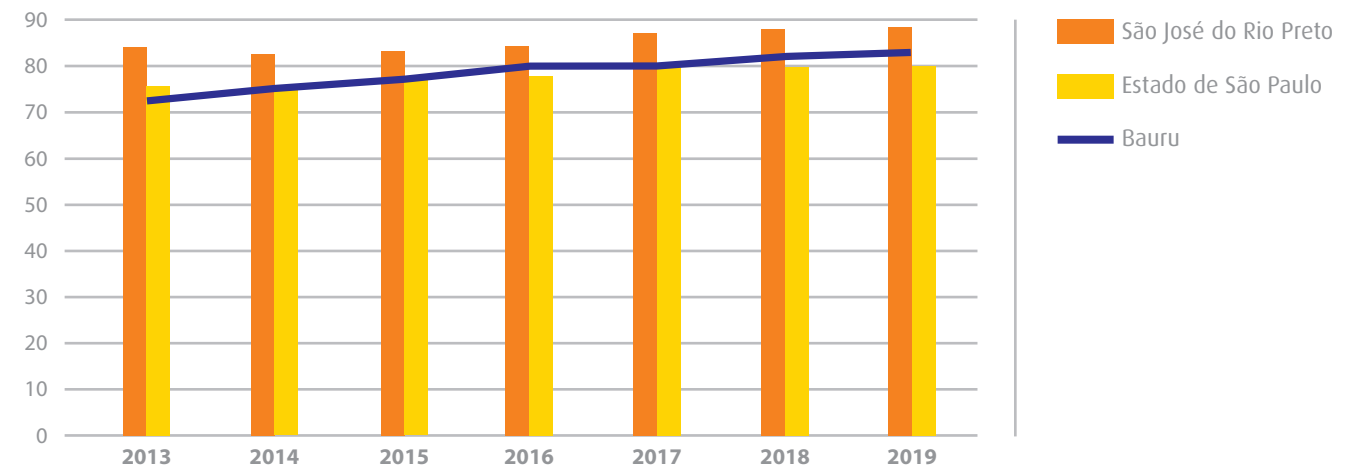
	2013	2014	2015	2016	2017	META 2024
BAURU	3,51	3,70	3,25	3,05	2,96	>3,68
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	4,37	4,44	4,39	3,97	3,68	Referência para a meta proposta, número de leitos de S. José do Rio Preto, 2017.
ESTADO DE SÃO PAULO	2,50	2,43	2,32	2,14	2,04	



15. NASCIDOS VIVOS DE MÃES ADOLESCENTES.

Proporção entre nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de atendimento pré-natal e número total de nascidos vivos, residentes x 100.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	META 2024
BAURU	72,32	74,95	77,47	79,83	80,14	81,94	82,99	>88,51%
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	84,18	82,85	83,34	84,37	87,27	88,08	88,51	Referência para a meta proposta, proporção de S. José do Rio Preto, 2019.
ESTADO DE SÃO PAULO	75,78	76,07	76,93	78,12	79,65	79,72	80,20	



OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

APRIMORAR A GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE MUNICIPAL, FACILITAR O ACESSO À ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, MELHORAR A INTEGRAÇÃO DE DADOS E PRONTUÁRIOS DOS PACIENTES ATENDIDOS NAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE SAÚDE. AS AÇÕES DEVEM CONSTAR NO PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO MUNICIPAL.

INDICADORES

1. Políticas de saúde pautadas em diretrizes.

INDICADOR	AUSENTE	EM CONSTRUÇÃO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Políticas de saúde pautadas em diretrizes e protocolos/linha de cuidado.	●			verde

2. Existência de engenharia clínica.

INDICADOR	NÃO EXISTE	EM FASE DE EXECUÇÃO	EXISTE	META ATÉ 2024
Engenharia clínica para estudo de aquisição de novos equipamentos e manutenção de equipamentos existentes.	●			verde

3. Convênio com a saúde suplementar.

INDICADOR	AUSENTE	EM FASE DE EXECUÇÃO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Estabelecimento de convênio com a saúde suplementar a fim de garantir retaguarda hospitalar em caso de indisponibilidade de leito no sistema público.	●			verde

4. Mensuração de contrarreferência.

INDICADOR	AUSENTE	EM CONSTRUÇÃO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Mensuração de índice de contrarreferência e redução de encaminhamentos incorretos e desnecessários.	●			verde

5. Mensuração de encaminhamentos da atenção básica.

INDICADOR	AUSENTE	EM CONSTRUÇÃO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Mensuração de índice de encaminhamentos da atenção básica para as diversas especialidades em relação ao total de usuários atendidos nos últimos três anos.	●			verde

6. Integração de dados e prontuários da rede municipal.

INDICADOR	AUSENTE	EM ANDAMENTO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Integração de dados e prontuários de pacientes atendidos na rede municipal de saúde.		●		verde

7. Integração de dados e prontuários das redes municipal e estadual.

INDICADOR	AUSENTE	EM CONSTRUÇÃO	PRESENTE	META ATÉ 2024
Integração de dados e prontuários de pacientes atendidos na rede municipal e estadual de saúde.	●			verde

8. Matriciamento para qualificação de demanda reprimida.

INDICADOR	NÃO EXISTE	EM FASE DE EXECUÇÃO	EXISTE	META ATÉ 2024
Matriciamento para qualificação de demanda reprimida para consultas e exames diagnósticos.	●			verde

9. Redução de absenteísmo nos ambulatórios das cinco especialidades de maior demanda.

INDICADOR	NÃO EXISTEM	EM FASE DE EXECUÇÃO	EXISTEM	META ATÉ 2024
Ações da atenção básica para redução de percentual de absenteísmo nos ambulatórios das cinco especialidades de maior demanda.	●			verde



AÇÕES E RECOMENDAÇÕES

MORTALIDADE MATERNA

- Instituir linhas de atenção pré-natal por meio de fortalecimento da atenção básica com protocolos atualizados com as melhores práticas médicas;
- Capacitação de médicos generalistas e enfermeiros para a realização da avaliação pré-natal;
- Criar um grupo de médicos e enfermeiros especialistas em obstetrícia em cada território para apoio matricial às equipes;
- Criar programa “Pré-natal seguro”, com captação precoce de gestantes e acompanhamento com equipe multidisciplinar;
- Visita domiciliar e busca ativa de gestantes faltosas;
- Criar fórum de discussão entre todos os serviços privados e públicos que realizam pré-natal e parto com a finalidade de seguir protocolos sugeridos pelo Ministério da Saúde;
- Acompanhamento de metas pactuadas (Sispacto 2017-2021) do Programa Saúde da Mulher.

MORTALIDADE INFANTIL

- Instituir linhas de atenção pré-natal e puericultura com fortalecimento da atenção básica por meio de protocolos atualizados com as melhores práticas médicas;
- Instituir linhas de atenção pré-natal e puericultura com fortalecimento da atenção básica, com protocolos atualizados com as melhores práticas médicas;
- Capacitação de médicos generalistas e enfermeiros para a realização do cuidado materno infantil;
- Analisar causas de partos prematuros e criar ações que possam minimizá-los;
- Criar um grupo de médicos e enfermeiros especialistas em cuidados infantis em cada território para apoio matricial às equipes;
- Fortalecer o programa “Defesa da Vida”, captando precocemente puérperas e recém-nascidos por meio de visita domiciliar com equipe multidisciplinar até cinco dias após alta da mãe e da criança;
- Busca ativa de faltosos no exame do pezinho e primeira consulta;
- Promover eventos de integração entre serviços públicos e privados com a finalidade de uniformizar condutas baseadas nos preceitos do Ministério Saúde;
- Aprimorar o programa de crescimento e desenvolvimento infantil, combate à fome e desnutrição infantil;

TUBERCULOSE

- Implantar programa de busca ativa e coleta de escarro para detecção de tuberculose, principalmente nas instituições que atendem pessoas vulneráveis;
- Fortalecer a atenção básica com agentes comunitários de saúde atuando na busca ativa de casos novos, contactantes e faltosos do programa de tuberculose;
- Fortalecer a atenção básica ampliando o número de enfermeiros que atuam no programa da tuberculose;
- Trabalhar a tuberculose como meta de melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Implantar programa e Plano Municipal para combate à tuberculose sem restringir ao âmbito da saúde;
- Manter orçamento e financiamento dos exames para diagnóstico da Tuberculose.

SÍFILIS EM GESTANTES

- Criar ações para ampliação diagnóstica com o setor privado;
- Aumentar a taxa de detecção de sífilis em parceiros de gestantes;
- Garantir testagem de 100% das gestantes trimestralmente;
- Garantir tratamento 100% das gestantes e parceiros conforme protocolo do Ministério da Saúde;
- Fortalecer a atenção básica com agentes comunitários de saúde em todas as UBS para busca ativa de gestantes faltosas e captação precoce de gestantes na comunidade;
- Instituir ações educativas para reduzir sífilis;
- Incentivar o uso de preservativos.

SÍFILIS CONGÊNITA

- Instituir linhas de atenção pré-natal e puericultura por meio de protocolos atualizados com as melhores práticas médicas;
- Detecção precoce de sífilis em gestantes;
- Capacitação de médicos generalistas e enfermeiros para a realização do cuidado materno infantil e tratamento de sífilis em gestante;
- Criar um grupo de médicos e enfermeiros especialista em cuidados infantis em cada território para apoio matricial às equipes;
- Instituir núcleos de vigilância epidemiológica nos territórios para apoio matricial às equipes de saúde;
- Fortalecer programa defesa da vida captando precocemente puérperas e recém-nascidos através de visita domi-

- ciliar com equipe multidisciplinar até cinco dias após alta da mãe e da criança;
- Busca ativa de faltosos nas consultas de acompanhamento de crianças diagnosticadas com sífilis congênita;
- Promover eventos de integração entre serviços públicos e privados com a finalidade de uniformizar as condutas baseadas nos preceitos do Ministério Saúde;
- Fortalecer a atenção básica com agentes de saúde em todas as Unidades Básicas para a busca ativa dos recém-nascidos diagnosticados com sífilis congênita.

DENGUE

- Fortalecer as Vigilâncias sanitária, ambiental e Epidemiológica;
- Incorporar novas tecnologias que auxiliem na localização e redução de criadouros de mosquitos em locais de difícil acesso;
- Criar política pública de combate à dengue envolvendo todas as pastas e, especialmente, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Secretaria do Meio Ambiente, Finanças, Administração, Secretaria do Bem-Estar Social, SEDECOM e autarquias, como DAE e Emdurb;
- Criação de câmara técnica de apoio ao legislativo e ao executivo para combate às doenças transmitidas por mosquitos;
- Fortalecer a atenção básica com programa de agentes de saúde em todas as unidades básicas para atuarem no território com educação e fiscalização a criadouros de mosquito;
- Fortalecer a Vigilância ambiental com a contratação de agentes de combate a endemias, insumos e novas tecnologias;
- Criar o centro de processamento e análise de dados nas Vigilâncias em saúde.

NASCIDOS VIVOS DE MÃES ADOLESCENTES

- Criar programa de saúde do adolescente;
- Criar políticas públicas de educação e prevenção de gravidez na adolescência;
- Implantar programas de saúde na escola aos adolescentes, com vistas à prevenção de gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, uso de álcool e outras drogas;
- Fortalecer os serviços de apoio às adolescentes no combate à exploração sexual, discriminação e transformação do corpo;
- Fortalecer serviços de planejamento familiar, com vagas para atendimento dos adolescentes nas dúvidas diárias e corriqueiras em relação à gravidez ou ao início da vida sexual.

COBERTURA DE ATENÇÃO BÁSICA

- Implantar novas Unidades de Saúde Básica com o programa “Saúde da Família” em bairros com maior vulnerabilidade social;
- Fortalecer a qualidade e a resolutividade do serviço com ampliação e capacitação do quadro de enfermeiros, médicos e toda a equipe de apoio multidisciplinar da atenção básica;
- Implantar programa de agentes comunitários de saúde nas unidades sem estratégia da “Saúde da Família”;
- Implantar o programa “Saúde da Família” nos bairros com menor população;
- Organizar a rede de saúde para que a atenção básica assumo o protagonismo dos cuidados nos territórios;
- Fortalecer a participação dos conselhos de saúde;
- Qualificar as equipes de atenção básica por meio de educação continuada;
- Fomentar a parceria com as universidades para atualização dos protocolos de cuidados;
- Implantar efetivamente linhas de cuidados na atenção básica;
- Implantação de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

COBERTURA VACINAL

- Política pública de monitoramento da situação vacinal das crianças nas escolas de educação infantil pública e privada;
- Política pública de monitoramento da situação vacinal dos empregados e seus filhos pelas empresas públicas e privadas instaladas no município;
- Fortalecer a atenção básica com agentes de saúde comunitários para a busca ativa de pessoas e, principalmente crianças faltosas na vacinação;
- Fortalecer a importância da vacinação imediata após o nascimento, garantindo que os recém-nascidos sejam vacinados ainda dentro da maternidade;
- Garantir tecnologias, equipamentos e pessoal na central de imunização do Município;
- Estimular e divulgar massivamente campanhas e ações de vacinação;
- Fomentar estratégias e parcerias de vacinação da população geral com as empresas públicas e privadas;
- Criar sala de vacina itinerante para atender populações vulneráveis.

PARTICIPARAM DESTE PROJETO

Ademir Redondo
Admir Franzolin
Adolfo Ribeiro
Adriano Fabri
Afonso Fabio
Airtom Martinez
Alessandra Mazzo
Alexandre Legendre
Alexandre Nicolas
Alfredo Moreira
Alfredo Neme
Aline Fogolin
Aline Guimarães
Allan Hamer
Aloisio Sampaio
Altair Moraes Monteiro
Ana Cláudia Alves de Castro
Ana Claudia Medeiros Graciano
Ana Cláudia Queiroz
Ana Elisa Moura Talon
Ana Lucia Zuiani
Ana Martha Chiaramonte
Ananda de Carvalho Câmara
André Biancardi
André Claudio Anastacio
André Dabus
André Pavan Monteiro
Andrea Aparecida Fassoni
Andréa Salcedo M. S. Gomes
Andreia Almeida Ortollani
Anselmo Mozer
Antonio Alliberty de Castro
Antonio Carlos P. Arruda
Antonio Francisco M. de Oliveira
Aylla Kipper
Bárbara Zanetti
Benedito Meira
Beto Benjamin
Bruna Hamer
Bruno Bueno
Bruno Pegorin
Bruno Svizzero Cabello
Caio Cesar Bianconcini

Carlos Agra
Carlos Alberto Damiaty
Carlos Augusto R. Kirchner
Carlos Renato Trecenti
Carlos Ruffato
Carmen Maria Bueno Neme
Cássio Martha
Cesar Benedito Siqueira
Cesar Pucci
Chiara Ranieri
Christiano Barros
Claudio Ricci
Cleber Bincoletto
Clemilton Basseto
Clemilton Bassetto
Coronel Meira
Daniel Camargo
Daniel Ficotto Gomes
Daniel Pestana Mota
Daniela Luchesi
David Françaoso
Déborah Maciel Cavalcanti Rosa
Edgar Miguel
Edio Cassio Ramos
Edmilson Queiroz Dias
Ednise Carvalho Rodrigues
Edson Carvalho de Melo
Edson Mitsuya
Eduardo Cacciola de Souza
Eduardo Coelho Navarro
Eduardo Gomes Pegoraro
Eduardo Lopes
Eduardo Manfrinato
Eduardo Sidney Soares Damado
Eduardo Stevanato
Edward Albiero
Ekaterina Barcellos
Emerson Silva Ribeiro
Erich Silva
Estevan Pegoraro
Eusebio Ruiz Neto
Everson Demarchi
Fabio Carvalho

Fábio Grassi
Fabio Paride Pallotta
Fauzer Carlos Banuth
Fernando Gimael
Fernando Jorge Salomão
Fernando Mantovani
Fernando Pegorin
Filemon Silva Casafus
Francisco Boni
Frank Ramalho
Geraldo Killer
Geraldo Mesquita
Gerson Alves
Gisela Casarin
Gonzalo Horta
Guilherme Barbosa
Guilherme Campanholi
Guilherme Papassoni Shayeb
Gustavo Henrique
Gustavo Morales
Gustavo Pegorin
Habib Jacob
Hanna Saab
Hanna Saab
Henrique Coube
Ildo Wilde
Isabel Mizziara
Izabela Kamimura Maceri
Izidoro Schafranski Neto
Jacqueline Rodrigues
Jair Manfrinato
João Alberto Benites
João Batista
João Bidu
João Cruz
José Carlos Marçano Junior
José Eduardo Amantini
José Eduardo Fogolin
José Geral Sampaio Moura
José Mario Benjamin
Jose Paulo Alves Fusco
José Roberto Martins Segalla
Jose Xaides
Julia Falanghe Carvalho

Juliana Maceri Triglia
Juliano Ruiz
Junior Custodio
Klaudio Cóffani
Leticia Kishner
Lígia Falanghe Carvalho
Lucia Tragante
Luciana Moron
Lucila Paula Manso Bacci
Luis Cosei Higa
Luis Evandro Manflin
Luis Gabriel Palhares
Luiz Augusto Braga Franzolin
Luiz Carlos de Almeida Neto
Luiz Fernando Furtado
Luiz Henrique Di Donato
Luiz Octávio Valente
Luiz Vagner Vilela Junior
Manoel Losila
Marcelo Bartholomeu
Marcelo Carbone Carneiro
Marcelo Creppe
Marcelo Gebara
Marcelo Melendez
Márcio Colim
Marcio Nobrega
Marco Antonio Oliveira
Marcos Vanderlei
Marcos Vilela
Marcus Carnalosi
Maria Isabel Adão Barbosa
Mariana Petelinkar
Marina Martins
Mauri Ramos Andrade Leite
Mauricio Queiroz
Maurício Augusto de Souza Ruiz
Menote Rodolfo
Michel Nabih Raad
Murilo Martha Cielo
Nagela Araújo
Nelson Ribeiro da Silva
Newton Carlos Pereira Ferro
Nino Marçam

Norberto Sgavioli
Odair Cristovam Secco
Onildo Rodrigues
Patricia Mortari
Patricia Rossi
Paulo Eduardo de Souza
Paulo Grava
Paulo Henrique Basso
Paulo Milreu
Paulo Razzera
Paulo Roberto Ferrari
Paulo Roque Carlotto
Paulo Tâmbara
Paulo Tebaldi
Pedro Conchinelli Junior
Pedro Eduardo Conchinelli
Pedro Fiorelli
Pedro Henrique Alves de Castro
Penato Parreira
Peter Ping Ho
Rafael Ribeiro
Rafael Rosalin
Regiel Gambetti
Reinaldo Cafeo
Renan Rodolfo
Renata Toledo
Renato Ferreira
Renato Franco Zaiden
Riad Eliad Said
Ricardo Aragão
Ricardo Coube
Ricardo Rocha
Ricardo Zanini Olivatto
Richard Apolônio
Richarde Zugaibe Filho
Roberto de Lima Barbosa
Roberto Lima
Roberto Pedro
Roberto Rufino
Robson Fernando R Carmona
Rodolpho Bernardi Neto
Rodrigo Guandalini
Rodrigo Mandaliti

Rodrigo Moraes
Rodrigo Riad Said
Roger Yafuschi
Rogério Caetano
Rosane Vargas
Ruy Silva
Sandra Farias
Sandro Theodoro
Sara Hughes
Sebastião Gândara
Serginho Brum
Sérgio Mota
Sidnei Bergamaschi
Silvio Serrano
Susy Ribeiro Amantini
Tania Kamimura Maceri
Tassiana Barros
Tatiana Rodrigues
Taylor Endrigo Toscano Olivo
Telma Gobbi
Tiago Amor
Tiago Falanghe Carvalho
Tiago Roque
Toninho Gimenes
Ubiratã Pinhel
Valéria Aragão
Vanessa Retek
Vera Capellini
Vitor Moura
Wagner José Monteiro Cardoso
Walessa Fernandes Rubim
Wilson Nishumura
Zeca Simonelli

EMPRESAS PARTICIPANTES

3D Financial Academy
 Abramides Gonçalves Advogados
 ACIB Associação Comercial e Industrial de Bauru
 AD Seguros
 Albino Arquitetura
 Amavita Clínica Oncologica
 Ampliatta Instituto de Psicologia e Saúde
 ASSENAG Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru.
 ASSERTI Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da Informação
 Assuã Engenharia e Comércio
 Basis Urbanismo
 Biancardi Corretora de Seguros
 Bild Desenvolvimento Imobiliário
 Bookafé
 Caetano Tubos
 Casa Carvalho
 CB Câmbio
 CDL Câmara de Dirigentes Lojistas
 Cia da Construção
 Clube Turismo
 Colégio Batista
 Colim Arquitetura
 Comércio de Bijouterias e Semijoias
 Conclusa Engenharia
 Conselho do Município
 Const. E Administração Monteiro Scriptoro Copical
 CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
 DAE Departamento de Água e Esgoto
 Doceana
 Eagle Inova Comunicação
 Educação Lá vou eu
 Educador de Cidadania
 EFV (?)
 Emporio Prime
 Empreendimentos imobiliários
 Enerbrax Acumuladores
 Engenho Livre Engenharia e Arquitetura
 Escola FourC

Escola Guedes de Azevedo
 Escritório de Desenvolvimento Regional do Estado em Bauru
 Faculdades Anhanguera
 FATEC Faculdade de Tecnologia de São Paulo
 Federal Invest
 FIB Faculdades Integradas de Bauru
 Flag Distribuidora de Petróleo
 Franzolin Engenharia
 Frutero
 FundEst - Engenharia de Fundações e Estruturas
 Futuro Informatica
 Gálata Tecnologia
 Gckon Participações
 Grassi, Cavalheiro e Pereira Sociedade de Advogados
 Grupo Cidade (?)
 Guanda Baterias
 Hospital Estadual de Bauru
 Htech Consultoria Informatica
 Inteligência Digital
 ITE Instituição Toledo de Ensino
 J.S. Administradora de Bens
 Jaguacy
 Jardim Botânico de Bauru
 JC NET (?)
 Jornal da Cidade (?)
 Jovem Pan (News)
 Lecom Tecnologia
 LFSP - Empreendimento Imobiliário
 Lima Imóveis
 Luvita Consultoria Contábil
 Lwart
 Maia Assessoria e Projetos
 Mandaliti Advogados
 Mantovani Assessoria
 Mariana Petelinkar Assessoria e Eventos
 Mesquita Engenharia e Planejamento
 Movimento CSE
 Movimento Popular
 MSTech
 MZA Empreendimentos

Nelson Paschoaloto Advogados Associados
 Nikiema Participações
 Nossa Propaganda
 NVIRTUAL
 OAB Ordem dos Advogados do Brasil
 Obrafit
 Oliveira Benjamin Projetos e Serviços LTDA
 Omnigráfica
 Padaria Casca de Noz
 Pegoraro Assessoria
 Planegi Consultoria Empresarial
 Portão Imóveis
 Prefeitura Municipal de Bauru
 Projeto LIA
 Prosonda Sondagem e Engenharia
 Provence Lingerie
 Raiz de Ideias
 Reinaldo Cafeo Consultoria
 Residdec Construtora e Incorporadora
 Ricci, Higa Arquitetura
 RM Telecon
 Roth
 SAF Design Mobiliario e Arquitetura
 Sampaio Moura Consultoria
 Santa Casa de Misericórdia
 SEAR Secretaria Municipal de Administrações Regionais
 Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SECOVI
 Secre.Jur | Serviços e Treinamentos Secretariais (?)
 Secretaria de Obras de Bauru
 Secretaria Municipal de Economia e Finanças
 Secretaria Municipal de Educação
 Secretaria Municipal de Saúde
 SEDECON Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
 SEESP Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo
 SEMMA Secretaria Municipal do Meio Ambiente
 Senai
 Sendi Engenharia e Construções
 SEPLAN Secretaria do Planejamento

Set Prime Tecnologia
 Share Offices Coworking
 Sicredi
 Sinduscon
 Sollarium Casa
 Sorri
 Stalo
 Tecma Prestação de Serviços Contabeis
 Tilibra
 Tiliform
 Toca Imóveis Marília
 Triata
 Triax Consultoria e Gestão
 TV TEM
 UCI Brasil
 Unesp Universidade Estadual Paulista
 Unicesumar
 UNIMED
 USC Universidade do Sagrado Coração
 USP Universidade de São Paulo
 Varanda Realty
 VIB International Logística e Com Exterior
 Vila Vicentina
 WALP Construções e Comercio
 Zenite Engenharia
 Znew (?)
 Zopone Engenharia e Comércio

PROJETO GRÁFICO
 Nossa Propaganda

MÍDIAS SOCIAIS
 Raiz de Ideias
 Eagle Inova

REVISÃO DE TEXTO
 Ângela Moraes

FOTOS CEDIDAS
 Luiz Fernando Furtado
 Olício Pelosi



Sobre a marca Codese Bauru.

Para desenvolver e propor uma ideia para a marca Codese Bauru fomos buscar conexões objetivas que, de alguma forma, representassem a cidade; objetos e símbolos oficiais, locais, personalidades, títulos, ícones do imaginário coletivo, etc.

A opção foi pela bandeira do município que, na Lei 3.393 de 9 de outubro de 1991, que a instituiu, descreve: “Os triângulos superpostos formam pontas de lanças a indicar o impulso irrefreável com que Bauru avança para um futuro de crescente progresso, mercê da operosidade e do dinamismo de seu povo, bem como o formato de glebas doadas pelos pioneiros para a formação do patrimônio de Bauru, cujos limites foreiros tinham a forma de um triângulo.”

Outro ponto em comum que permeia Bauru é sua identificação com o ambiente aéreo. Tida como a capital do voo à vela, tem como cidadãos bauruenses, nascidos aqui, duas personalidades mundiais ligadas à aviação: Ozires silva e Marcos Pontes. A marca propõem, portanto, inspirada nesse amálgama, representar, por meio do símbolo das pontas de lança, que fazem referência aos pioneiros desbravadores, também destacar sua concepção que alude à asas em permanente sentido de decolagem ao futuro.

As cores desta cartela entre azuis e verdes se encaixam nos significados de tranquilidade e harmonia para o azul, e esperança, liberdade e vitalidade para os verdes, além de sedimentar um compromisso com as questões ambientais.



www.codesebauru.com.br